



EXAMÃPAKU

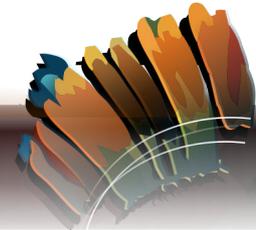
VOL. 7 - Nº 1

Revista Eletrônica de Ciências Sociais,
História e Relações Internacionais

ISSN 1983-9065



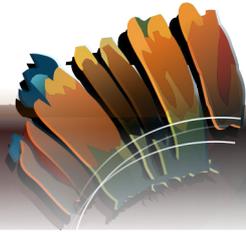
UFRR



APRESENTAÇÃO

É com alegria e satisfação que entregamos à comunidade em geral a edição 2014.1 da Revista Examãpaku. Entramos no oitavo ano celebrando o reconhecimento científico de nossa publicação, valorizando conhecimentos locais, regionais e nacionais. Autores de Brasília, Roraima, Piauí, Acre apresentam, aqui suas leituras, pesquisas, relatórios do conhecimento produzido acerca do extrativismo vegetal na Amazônia; discursos oficiais e de resistência numa rádio do Acre; globalização e poder; a relação entre afetividade e deficiência no trabalho desenvolvido num Centro de Atenção; casamentos do Século XIX; e os impactos dos projetos de integração regional. Caleidoscópio reforçado e vivo, essa é a Examãpaku. Boa leitura.

Comitê Editorial



AFETIVIDADE DOS FUNCIONÁRIOS EM RELAÇÃO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA DO CENTRO INTEGRADO DE ATENÇÃO À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

*Shirlei dos Santos Catão¹
Rejane Risia Gonçalves Rio²*

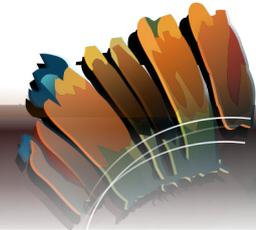
RESUMO

A temática da relação afetiva entre os funcionários que atuam junto às pessoas com deficiência envolve importantes fatores que estão relacionados ao potencial cognitivo e social, que são indispensáveis ao desenvolvimento afetivo, intelectual e social do ser humano, seja ele deficiente ou não. Nesse sentido, a pesquisa foi realizada no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência no Município de Boa Vista – Roraima/Brasil, cujo objetivo proposto foi estudar a afetividade dos funcionários em relação aos alunos com deficiência que freqüentam o Centro. A metodologia utilizada na pesquisa oportunizou coletar informações indispensáveis para responder o problema e os objetivos traçados. As informações outrora encontradas proporcionaram a compreensão dos fenômenos que envolvem a relação afetiva dos funcionários com os alunos do Centro citado acima. Assim, as análises permitem considerar que a afetividade é um fator indispensável ao processo de desenvolvimento integral do ser humano, pois é através dela que o indivíduo apropria-se dos comportamentos produzidos no meio social em que está inserido e, a partir daí, ele amplia ou não, suas possibilidades de interação. Compreende-se também, que o trabalho profissional desenvolvido nas instituições que atendem pessoas com deficiência, deve ser estruturado no sentido de priorizar e estimular a valorização e o intercâmbio de valores primordiais à vida, ou seja: o respeito, carinho, cuidado e a atenção na pluralidade das diferenças.

Palavras-chave: Afetividade; Funcionários; Pessoa com Deficiência.

1 Graduada em Química pela Universidade Estadual de Roraima (2008)

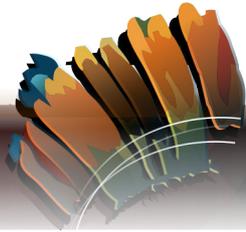
2 Graduada em Química pela Universidade Estadual de Roraima (2008) e mestrado em Mestrado pela Universidad Autonoma de Asuncion (2011)



RESUMEN

La cuestión de la relación emocional entre el personal que trabajan con personas con discapacidad, implica factores importantes que están relacionados con el potencial cognitivo indispensables para el desarrollo emocional, intelectual, social y afectivo del ser humano, tenga una discapacidad o no. Así, el objetivo de esta investigación es el estudio de la afectividad de los funcionarios en relación a los estudiantes discapacitados del Centro Integrado de Atención a las Personas con Discapacidad de Personas en la ciudad de Boa Vista - Roraima, Brasil. Para su realización, se diseñó una investigación de carácter cualitativo no experimental, descriptiva y exploratoria. La metodología utilizada para la investigación trata de recoger la información esencial, por lo tanto, fue seleccionada una muestra de veinte y cinco estudiantes y de quince empleados que trabajan en el Centro, se realizó una entrevista semi-estructurada a los empleados y una observación directa al personal y estudiantes. Los datos recogidos proporcionan al investigador la oportunidad de comprender y registrar fenómenos que involucran a los empleados en la relación afectiva con los alumnos, lo que le permite confiar en el análisis de los datos, así como la forma correcta de divulgación y presentación de resultados. Los resultados nos han permitido averiguar que el afecto es un factor indispensable en el proceso de desarrollo del ser humano. Así, el trabajo profesional en las instituciones que atienden a personas con discapacidad, debe estar estructurado con el fin de priorizar y fomentar la puesta en común de valores fundamentales como el respeto a la vida, el amor, el cuidado y la atención en la pluralidad de las diferencias.

Palabras clave: Afecto; Personal; Personas con discapacidad.



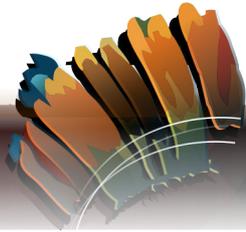
A humanidade vive momentos de grandes conflitos e diferenças sociais, culturais, religiosas, políticas e econômicas que negam os direitos, sufocam os preceitos éticos e colocam milhares de indivíduos à margem de uma vida injusta. Diante desses fatores, as instituições de ensino devem sempre estar comprometidas com os valores éticos de amor, carinho e afeto, já que educar não é somente informar ou transmitir conhecimentos, mas também integrar o aluno em uma cultura caracterizada por bons estilos de vida.

O aluno com deficiência tem direito à liberdade, ao respeito e a dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeito de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e leis. Os direitos humanos dos alunos com deficiência em qualquer sociedade devem ser reconhecidos e protegidos. Esses direitos básicos são ainda negados a vários segmentos da população no aspecto mundial. A visão atual nos remonta a buscarmos um mundo onde as oportunidades iguais para pessoas com deficiência se tornem uma consequência natural de políticas e leis que apoiem o acesso à plena inclusão em todos os aspectos da sociedade.

Os alunos com deficiência precisam acima de tudo, de atendimentos integrados que sejam realizados com atenção, dedicação e carinho. Cuidar é um ato consciente que pode ser ensinado, e consiste, por sua vez, num dos maiores geradores de prazer que o mundo humano conhece. Cuidar adequadamente dos outros como de si mesmo pode ser o início de uma grande transformação, tanto do ponto de vista individual como do ponto de vista social.

A afetividade é uma das dinâmicas mais profundas e complexas que o ser humano pode participar, e torna-se condição fundamental para o desenvolvimento integral de um indivíduo; seu início se dá a partir do instante em que um indivíduo se relaciona com o outro por sentimentos: como amor, carinho, cuidado, atenção e outros dessa natureza. Quanto maior forem os laços dos sentimentos, maior será o medo da separação, fator que acaba desencadeando outros sentimentos, como o ciúme, a raiva, o ódio, a inveja, a saudade. A mistura de todos esses sentimentos compreende a afetividade. Aprender a cuidar adequadamente de todas essas emoções é o que vai proporcionar ao indivíduo uma vida emocional equilibrada. A efetivação da afetividade se processa através das relações com a família, escola e a sociedade.

O ser humano em sua essência é movido pelo impulso na realização do prazer. Por esse motivo, ao se deparar com sentimentos de raiva



ou o medo, é natural reagir impulsivamente no sentido de acabar com o objeto ou a situação que provocou tal dor. Entretanto, ao agir assim, o indivíduo também destrói a fonte do prazer e dos sentimentos afetivos como o amor.

As emoções estão presentes quando se estabelece relações com o meio físico, concepções ou outros indivíduos. Afeto e cognição constituem aspectos inseparáveis e indispensáveis, presentes em qualquer atividade, que se manifesta a partir do nascimento e estende-se ao longo dos anos de vida de uma pessoa. Conforme Cunha (2008, p.120), “Olhar com acuidade significa olhar com zelo, com percepção. Olhar os olhos do aluno. Não somente ver as coisas visíveis, mas as que ainda não foram reveladas. Os anseios, as ansiedades, as dúvidas e os sonhos não se revelam, muitas vezes, em palavras (...)”.

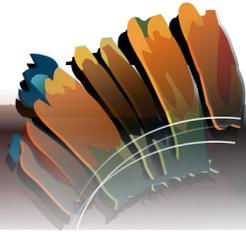
De acordo com isso, uma das principais ações dos funcionários do Centro Integrado de Atenção À Pessoa com Deficiência que trabalham com pessoas com deficiência é a de ser um agente cuidador, que no dia a dia do seu trabalho educativo assumem posturas que envolvem tratamentos de amor, carinho e afeição, necessárias a uma boa relação afetiva. Esse cuidado afetivo vai ajudar o aluno, a valorizar a si mesmo e aos outros também, impedindo-o de agir movido pela raiva ou medo. Pois é através da interação afetiva com os alunos que os funcionários do Centro Integrado de Atenção À Pessoa com Deficiência têm a oportunidade de humanizar o ambiente e as relações de convivência contidas nele, através de um relacionamento interpessoal saudável que respeita e considera os seus limites dos alunos com deficiência.

Assim, é importante que os funcionários do Centro Integrado de Atenção À Pessoa com Deficiência que atuam junto aos alunos com deficiência, trabalhem valores, fazendo com que o aluno perceba os afetos de quem está ao seu lado, que compreenda a importância de respeitar, ouvir, ajudar e amar o próximo.

Com relação ao descrito acima, Dolores, (2009), faz a seguinte colocação:

“Sabemos que somente pode-se dar aquilo que se tem. Assim, pensamos que somente o ser humano poderá amar (o amor é tido como o mais nobre dos sentimentos, valores e virtudes) seu próximo e deixa fluir este amor para seus educandos, para a natureza e para o cosmo, se puder construir este amor dentro de si mesmo.” (p.186).

A responsabilidade e o respeito pelos sentimentos do outro é um dos aspectos mais importantes na relação funcionário/aluno, pois, futuramente, irá se tornar responsabilidade social para a cidadania.



O desejo de cuidar de si e do outro desperta a solidariedade e a cidadania. Nisso consiste a ética das relações entre as pessoas, quanto melhor um indivíduo estiver, seja, trabalhando, estudando ou sendo atendido, melhor será para todos. Os funcionários, ao valorizar a vida através do seu trabalho, também estarão ajudando e valorizando a vida do próximo.

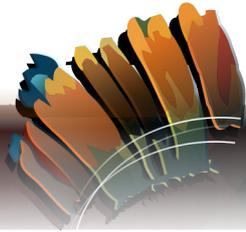
Em pleno século XXI, é notória no mundo inteiro a luta da humanidade pela conquista da paz, quando a maior dificuldade para a sua obtenção reside exatamente no desafio do resgate dos valores de respeito, afeto, dignidade e entres outros esquecidos, pelo homem atual. Este é desafio tanto para a família, para as instituições de ensino, como para a sociedade em geral. O homem começa a perceber o labirinto que a degradação dos valores lhe colocou.

A afetividade é de suma importância para os relacionamentos interpessoais, ela é um fator que requer compreensão, carinho e respeito. Dessa forma, configura-se em uma necessidade básica para convivência social, bem como para o atendimento educacional especializado. Diante disso, a problemática indaga como pode ser descrita a relação afetiva dos funcionários para com os alunos com deficiência que estudam no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência; seguido do objetivo que consiste em analisar as questões referentes aos atos de cuidados afetivos realizados pelos funcionários do Centro Integrado de atenção à pessoa com Deficiência que atendem alunos com múltiplas deficiências.

O desenvolvimento humano não está pautado apenas nos aspectos cognitivos, mas, principalmente, nos aspectos afetivos. Sabe-se que uma das necessidades do ser humano é a de ser ouvido, acolhido e valorizado. Neste sentido, a afetividade está intimamente interligada à construção da autoestima; sua influência nas relações é fundamental para os indivíduos envolvidos. Dolores (2009, p. 23) diz: “Como trabalhar a paz, o aprendizado do amor, o conhecimento pertinente, a aprendizagem integrada, os valores nutridores de uma escuta mais sensível nos ambientes de aprendizagem

(...)”. Assim sendo, a relação entre funcionários e alunos, deve ser mais próxima o possível, fundamentada em sentimentos e respeito mútuos.

Integrar os alunos com deficiência no Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência significa o ato ou processo de formar, coordenar ou combinar em um todo o ser humano, respeitando sua indi-



vidualidade pelos caminhos aonde esse deficiente gradualmente vai aprendendo a lidar com suas necessidades nas interações estabelecidas no mundo.

A proposta de educação inclusiva com afeto é um desafio, que para ser efetivada faz-se necessário considerar que os alunos com deficiência têm direito aos seus valores. Novos paradigmas inclusivos devem e têm conquistado atualmente direitos fundamentais que promovem a sua inclusão social nas instituições de ensino.

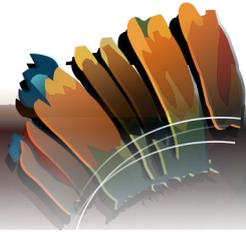
É importante que a sociedade em geral esteja preparada para lidar com diferentes demandas socioculturais presentes nessas instituições de ensino, planejando-se e implementando propostas que estejam, desde a sua concepção, comprometidas com a diversificação e flexibilização dos atendimentos destinados as pessoas com deficiência a fim de que o convívio entre as diferenças possa se processar em atitudes afetivas de atenção, carinho, respeito e compreensão. “Observa-se que são indiscutivelmente valores e, por esta razão, agregam-se ao educando, principalmente, por meio do amor. Ao mesmo tempo em que o aprender dá pertencimento social, dá também qualidade individual” (Cunha, 2006, p.97).

Hoje, um dos maiores desafios relacionados aos cuidados das pessoas com deficiência nas instituições de ensino, sem dúvida, é a construção de políticas voltadas para um bom atendimento às pessoas com deficiência considerando suas necessidades básicas, com princípios indispensáveis para uma boa qualidade de vida. Pode-se dizer que esses desafios compreendem ações no âmbito da educação com afeto. Já que estes são fatores que geram os eventuais problemas de falta de sensibilização as pessoas com deficiência.

De acordo com Lodi, (2003) :

“farão com que os alunos e as alunas desenvolvam atitudes coerentes com valores queremos que aprendam. Por isso, o convívio escolar é um elemento-chave na formação ética dos estudantes e ao mesmo tempo, é o instrumento mais poderoso que a escola tem para cumprir sua tarefa educativa (...)” (p. 17).

As experiências cotidianas com os alunos com deficiência fazem com os funcionários adquiram conhecimentos, atuando positivamente com eficácia na educação inclusiva. Além de muitos funcionários tornarem mais humanos, sensíveis e dedicados, despertando sujeitos mais

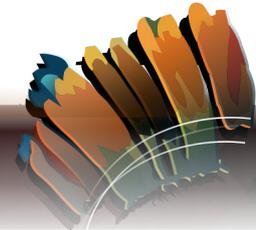


saudáveis à noção de solidariedade e de cidadania, gerando o desejo de cuidar bem dos alunos com deficiência. “a discussão sobre ética seria instrumento da reflexão das contribuições individuais. No entanto, poucas pessoas estão dispostas a refletirem sobre suas condutas. (...)” (Dolores, 2009, p.98).

A humanidade avançou na ciência e na tecnologia, mas fracassou na construção dos valores. Atualmente, um dos maiores desafios da humanidade reside na tarefa de resgate dos valores e na manutenção dos que ainda existem. A instabilidade e a perda do referencial da humanidade se definem basicamente em função do abandono aos valores éticos, morais e espirituais. O resgate desses valores é um trabalho que exige comprometimento de todos! Principalmente dos que fazem parte do processo educativo, não que a educação seja a resposta absoluta para todos os problemas, mas em razão de atender um dos seus sentidos mais amplos, o de melhorar a vida das pessoas. No que diz respeito ao sentimento dos alunos com deficiência em relação ao tratamento afetivo recebido dos funcionários do Centro Integrado de Atenção À Pessoa com Deficiência, o resultado da pesquisa revelou em sua investigação que é necessário haver um ambiente sócio-emocional-afetivo para que os alunos com deficiência se sintam bem acolhidos.

O sentimento de amor e ódio compõem a vida afetiva do ser humano e sempre “andam” juntos, interferindo em seus pensamentos e ações. A troca de emoções e sentimentos são essenciais na relação afetiva. Fica evidente neste resultado que a afetividade interfere no relacionamento interpessoal favorecendo espaços para que o aluno desenvolva sua personalidade e o seu caráter afetivo e social, pois através da interação com o meio é que o aluno com deficiência pode desenvolver seus aspectos afetivos.

Ao estudar a relação afetiva dos funcionários em relação aos alunos com deficiência do Centro Integrado de Atenção À Pessoa com Deficiência, pode-se observar que a forma de acolhimento dos funcionários do Centro é positiva, pois o atendimento destinado aos alunos com deficiência do Centro é acolhedor, começando desde a entrada até a saída. Quando o atendimento dos funcionários é permeado de afetos, há espaço para que o aluno seja ativo e altruísta, há espaços para o despertar de cada um. Há, em suma, aprendizados através do encontro afetivo de quem ensina com quem aprende; na indissociável ligação da afetividade e com a cognição, as conquistas do plano afetivo são utilizadas no plano cognitivo, e vice-versa.

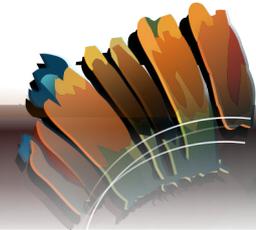


Nessa realidade, a atenção, compreensão e a participação dos funcionários promove uma relação afetiva que faz diferença na história individual de cada aluno, estabelecendo amizades que se tornam indispensáveis para uma convivência saudável bem como para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias à sua vida. Cunha (2006, 121), defende que “não possuímos o molde da perfeição. Possuímos virtudes, é certo, mas a maior delas é o amor.. O afeto gerencia as relações com o saber, que perdurarão ao longo da vida (...)”. Pode-se afirmar então, que os fenômenos afetivos estão diretamente relacionados com a qualidade das interações entre os sujeitos a partir das experiências vivenciadas. Quando a relação é pautada no vínculo e no afeto, propicia oportunidades favoráveis à transmissão do conhecimento, pois permite que o aluno possa investigar com um olhar diferenciado em direção ao desconhecido, apropriando-se do conhecimento com mais segurança e tranquilidade. Assim, supõe-se que tais experiências irão marcar significativamente outros aspectos da vida de uma pessoa com deficiência.

As relações afetivas dos funcionários são determinantes para uma boa relação junto aos alunos com deficiência do Centro Integrado de Atenção à Pessoa com Deficiência, valores afetivos como respeito, carinho, amizade e atenção são fundamentais nas relações. Alunos carentes de afeto, provavelmente terão dificuldades nos relacionamentos interpessoais e em outros aspectos da sua vida social, a troca de sentimentos afetivos torna melhor a vida das pessoas e o desenvolvimento de todos os processos de trabalho. É importante ressaltar que a mente humana é comparada a um “depósito” que guarda todas as experiências. O funcionamento psíquico não é composto somente pelos aspectos cognitivos, mas pelos sentimentos e emoções, aspectos responsáveis pela ordenação do pensamento.

Os aspectos afetivos são um dos principais elementos do desenvolvimento humano. Eles são importantes para o desenvolvimento psicológico, é por meio das emoções que o aluno exterioriza seus desejos e vontades. Em geral, são manifestações que expressam um universo imenso de sentimentos que se tornam importantes e perceptíveis. As emoções são altamente orgânicas, alteram a respiração e os batimentos cardíacos, além de causarem impactos nas relações e de se propagarem no meio social.

Os profissionais, em parte, são responsáveis pela formação do caráter ético, moral e afetivo do ser humano, com valores que fazem seu aluno perceber o outro, ou seja, perceber quem está ao seu lado; alunos

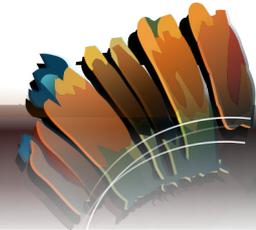


que saibam a importância de respeitar, ouvir, ajudar e amar o próximo. A afetividade na relação funcionário/aluno envolve disciplina, emoções, posturas e conflitos, tanto do seu eu, quanto do outro. Estas são questões que estão sempre presentes, tornam-se constante na vida das pessoas em todo o meio ao qual elas frequentem, seja no ambiente escolar, familiar ou em outro ambiente.

Diante disso, diz-nos Dolores (2009):

(...) a afetividade é necessária na formação de pessoas felizes, éticas, seguras e capazes de conviver com o mundo que a cerca (...). Para tal, é importante aproximar-se do aluno, saber ouvi-lo, valorizá-la e acreditar nele, dando abertura para a expressão. O carinho e a amorosidade também faz parte desta trajetória. (p. 205 - 206).

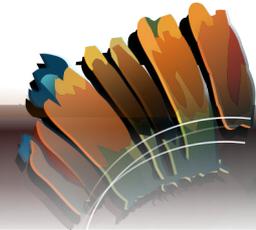
O atual estilo da vida moderna somado à desestruturação familiar faz com que exista muita carência afetiva durante o processo de educação dos alunos. Em consequência a isso, fica sob a responsabilidade da escola e em especial aos professores e demais funcionários, suprirem esta deficiência. Nesse sentido, a afetividade assume um papel importantíssimo na vida escolar e social de uma pessoa, seja ela considerada normal, ou possuidora de alguma deficiência. Dessa forma, fica claro que todos os funcionários têm consciência que a afetividade é a parte responsável pelo significado sentimental de tudo que vivemos e que o trabalho desenvolvido com afeto traz benefícios incomparáveis para a vida dos alunos, além de gerar e manter uma relação de convivência harmoniosa. Torna-se necessário então, que todos os profissionais tomem consciência do importante papel que devem exercer na área afetiva através do seu trabalho; lidando com as emoções de forma espontânea e prazerosa, pois o resultado do trabalho com essas emoções são resulta em aprendizagens significativas. Se algo que os alunos vivenciam está sendo agradável e prazeroso causa um sentimento de satisfação, ao contrário, se vivenciam algo sofrível ou angustiante, sentem medo ou pânico. Todos esses conceitos são atribuídos pela nossa afetividade, ela é impulsionada pela expressão dos sentimentos, das emoções, e desenvolve-se por meio da interação social. Enquanto sentimento, a afetividade é uma necessidade que aparece no discurso das relações interpessoais, ela é concebida através do amor, carinho e afeição entre as pessoas, trata-se de um sentimento que é capaz de tornar pessoas felizes, éticas, seguras e capazes de conviver com o mundo que a cerca. No ambiente escolar, o trato afetivo, vai além de dar carinho, faz manter o aluno próximo de si, saber ouvi-lo, valorizá-lo e acreditar nele.



De acordo com o referencial teórico descrito neste estudo, e com os resultados alcançados através das análises, evidencia-se que o ser humano é dotado de capacidade tanto para dividir seus sentimentos, como para recebê-los. A inclusão dos alunos com deficiência no contexto social impõe aos funcionários que trabalham nas instituições de ensino que atendem às pessoas com deficiência, um grande desafio, promover uma educação que de fato assegure o atendimento das necessidades básicas dos alunos, pautada em cuidados e afetos.

Falar, então, de afeto na educação, é propor, antes de qualquer coisa, atitudes de autoeducar para amar e educar com amor. E, para tanto, é preciso lembrar que o aprender e ensinar é um processo relacional, pois não há outro meio dele acontecer com eficácia, sem considerar sentimentos, desejos e diferenças individuais dos envolvidos nesta relação.

A afetividade nesse sentido deve ser considerada como fator que contribuiu sobremaneira para a formação integral das pessoas, pois está intimamente relacionada à responsabilidade, sinceridade, amor, cuidado, amizade, solidariedade, atenção e companheirismo. Ela é impulsionada por expressões de sentimentos e emoções, e desenvolve-se por meio dos relacionamentos interpessoais. Em síntese, pensar na construção de uma sociedade mais justa e solidária é refletir sobre os valores e afetos que dinamizam e fazem a diferença em todos os processos de interação social.



REFERÊNCIAS

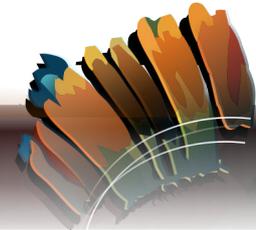
CUNHA, Antônio Eugênio. *Afeto e aprendizagem: amorosidade e saber na prática pedagógica*. Rio de Janeiro: Wak . Ed. 2008, 129, pp.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA E LINHA DE AÇÃO: sobre necessidades educativas especiais resultados da conferencia Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: realizada em Salamanca, Espanha, em junho 1994 Brasília: CORDE, 1994. 54p.

DOLORES, Alves Maria Forte. *Favorecendo a Inclusão pelos Caminhos do Coração. Complexidade, Pensamento Ecosystemico e Transdisciplinaridade*. Rio de Janeiro: Wak. Ed. 2009. 228p.

LODI, Lucia Helena. Ética e Cidadania: *Construindo valores na escola*. Módulo de apresentação. Módulo apresentação 6 v. il Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação, SEIF, SEMTEC, SEED 2004.

_____, Ética e Cidadania: *Construindo valores na escola e na sociedade*. Módulo 03 - Direitos Humanos. 6 v.:il Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos: Ministério da Educação , SEIF, SEMTEC,SEED 2004.



UMA LEITURA SOBRE A GLOBALIZAÇÃO E AS CONCEPÇÕES DE PODER EM JOSEPH NYE

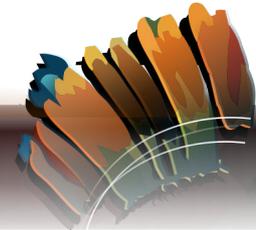
Andreza de Melo Lima³

RESUMO

Analisar, compreender e teorizar sobre o cenário político internacional, é uma tarefa que não só requer aprofundamento teórico e percepção crítica pautados nas questões presentes, mas também exige uma compreensão de dados e contextos históricos distintos. Tendo esta percepção como ponto de partida, buscou-se, no presente artigo, compreender os conceitos atuais de poder aplicados ao mundo político a partir da teoria liberal. Porém e especificamente, o foco deste trabalho esteve diretamente ligado ao aprofundamento do conceito de Soft Power – ou poder brando, cunhado por Joseph Nye. Para uma compreensão didática do tema, optou-se por descrever brevemente o cenário político mundial que possibilitou o surgimento de novas perspectivas de análise – neste caso, o período do Pós-Guerra Fria e do início da globalização. Joseph Nye dá início à sua teoria a partir dos conceitos de poder anteriores a este período, e mostra como a nova configuração mundial que se estabeleceu por meio do sistema de redes globalizadas, reconfiguraram os discursos e modelos de atuação políticas no cenário internacional. Entretanto, Nye vai além e mostra que o Hard Power (poder duro), apesar de perder muita força para o Soft Power (poder brando), não deixou de ser uma opção dos Estados, e mostra que o uso associado dos dois poderes – que geram o Smart Power (poder inteligente) – é ainda mais eficaz ao Estado que domine a arte de utilizá-lo. É com essa percepção que o autor mostra a evolução do conceito de poder e mostra como eles se aplicam ao momento presente. Mesmo partindo da necessidade de se compreender o poder brando, percebeu-se que o poder inteligente é a forma mais evoluída de poder político, segundo as considerações do autor.

Palavras-chave: conceito, globalização, poder, soft power.

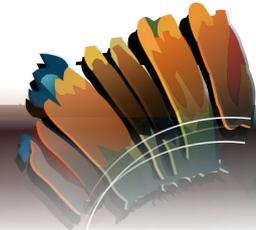
³ Graduanda em Relações Internacionais na Universidade Federal de Roraima, vinculada ao PIBIC-UFRR.



ABSTRACT

To analyze, understand and theorize about the international political scene, is a work that not only requires further theoretical and critical perception guided the issues present, but also requires an understanding of data and different historical contexts. With this perception as a starting point, we sought understand the current concepts of power applied to the political world from the liberal theory. However, and specifically, the focus of this work was directly connected to the deepening of the concept of Soft Power coined by Joseph Nye. For an understanding of the didactic theme, we chose to describe briefly the political world that made possible the emergence of new perspectives of analysis - in this case, the period of post-Cold War and the onset of globalization. Joseph Nye begins to give birth to his theory of power concepts prior to this period, and shows how the new world configuration that was established by means of the system of globalized networks, reconfigured discourses and models of political action on the international scene. However, Nye goes further and shows that the Hard Power, despite losing a lot of power for Soft Power it ceased to be an option of the States, and shows that the combined use of the two powers - which generate smart power - is even more effective that the State has mastered the art of using it. It is with this realization that the author shows the evolution of the concept of power and shows how they apply to the present moment. Even based on the need to understand soft power, it was noticed that smart power is the most evolved form of political power, according to the considerations of the author.

Keywords: concept, globalization, power, soft power.



INTRODUÇÃO

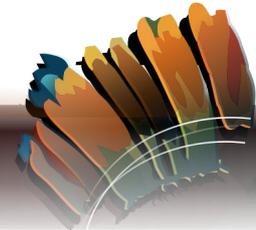
O estudo do poder, como um todo, não é algo novo. Desde a Grécia clássica, pensadores discutem o tema em voga. Na contemporaneidade, Joseph Nye (2002) tem se destacado em seus estudos relativos a alguns conceitos de poder. Ele aborda mudanças significativas quanto ao exercício do poder em perspectiva histórica, que datam do século XVI ao XXI. Essa escolha permite a ele iniciar suas reflexões a partir do que define como *Hard Power*, poder militar e econômico adquirido por uma potência tornando-a insuperável por qualquer outra. A partir desta categoria, o autor percebe nuances diferentes no exercício do poder, definindo o termo *Soft Power*.

De acordo com seus argumentos, o *Soft Power* emerge no cenário político com o fim da Guerra Franco-Prussiana⁴, onde na tentativa de restaurar seu prestígio, a França promoveu o ensino de sua língua e a divulgação de sua literatura. Essa capacidade de influenciar uma nação com base na promoção de valores e culturas é, uma demonstração do exercício do *Soft Power*.

Uma nação interessada no *Soft Power* não deve se tornar arrogante ou unilateral, porque deturpa a mensagem que o Estado tenta repassar. No entanto, essa ação aparentemente simples de executar, perde capacidade a partir do momento em que a revolução da informação adentra no cenário político, trazendo consigo desafios que, mesmo sutis, afetam a posição de soberania e controle estatal.

Por isso Nye defende que as ações de um Estado na contemporaneidade estão diretamente ligadas à globalização, que se caracteriza pelo crescimento das redes mundiais de interdependência.

4 Conflito entre França e Prússia no final do século XIX. Buscava-se estabelecer o equilíbrio de poder entre as grandes potências após as Guerras Napoleônicas. Prússia tinha como intuito conter a influência da França, que era contrária a integração dos Estados do Sul da Alemanha na formação de um novo país dominado pelo Reino da Prússia, chamado de Império Alemão. Os franceses perderam a guerra porque o exército prussiano era maior, mais organizado e possuía uma tecnologia em armamentos superior.



A GLOBALIZAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O PODER

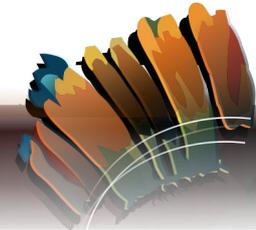
Erick Hobsbawm também analisa enfaticamente as relações e o exercício do poder e, diferentemente de Nye, aponta que a globalização é fruto de uma hegemonia econômica liderada pelos EUA. No entanto, Nye (2002, p.136) diz que “[...] a ideia de que a globalização é sinônima de americanização é simplista.” Isso ocorre, porque os americanos detêm um amplo grau de hegemonia na economia e na linguagem em que se disseminam as novas informações, além de usarem princípios neoliberais na sua formatação política e no que diz respeito à economia.

Nye (2002) também analisa as contribuições de outros pensadores sobre a globalização enquanto um fenômeno igualmente político e chega a conclusão de que esta não se resume ao domínio ocidental sobre as demais regiões do mundo. Para ele o domínio dessas redes afeta a todos os países, independentemente de serem ou não detentores de alguma hegemonia. Ou seja, “a globalização não é intrinsecamente americana, ainda que boa parte do seu conteúdo atual seja muito influenciada pelo que se passa nos Estados Unidos”. (NYE, 2002, p.139)

A globalização é *americanocêntrica* porque grande parte das informações lançadas ao mundo é proveniente dos EUA. Além de que o fato de uma potência interligada a uma grande rede de interdependência não a torna universalista. O autor entende que existem algumas desvantagens da globalização como o fato dela proporcionar o alicerce para o aumento do abismo cada vez mais crescente entre os ricos e os pobres. No geral, a globalização está muito ligada a fenômenos econômicos, com os mais ricos tendo maior facilidade de acesso às redes.

A globalização não é recente, já ocorrendo há séculos. O que a caracteriza contemporaneamente como um alvo de estudos e especulações da mídia e da academia é a sua nova forma. Atualmente, ela é *mais ágil*, porque é capaz de avançar cada vez mais depressa, *menos custosa*, devido aos acordos entre Estados, que são cada vez mais *frequentes* e, *mais profunda*, devido as vantagens em comum que cada participante desses acordos recebem.

Dessa forma, percebem-se vários tipos de globalização, as quais Nye (2002), explica por meio da comparação com um sistema de redes interligadas a um núcleo, com elas interagindo e sofrendo alte-



rações todas as vezes que passam pelo mesmo. Mas devido à capacidade de crescimento cada vez maior e de interagir entre si sem depender do núcleo, altera a relação de trocas.

No caso da hegemonia de um Estado esse poder encontra-se em risco a partir do momento em que as informações e qualquer tipo de interação se fizerem de maneira direta e se tornarem independentes dessa nação. É essa noção que Nye (2002, p.142) sistematiza quando comenta que “a globalização tornou as fronteiras [...] universais e que a homogeneização não acompanha necessariamente a globalização”.

De forma sintética, tem-se a ideia de que redes globalizadas se encontram subdivididas nas seguintes categorias:

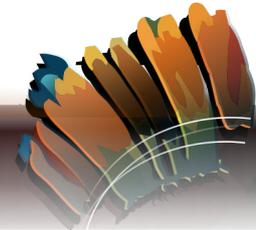
a) Globalização **econômica** contemporânea, que se diferencia das anteriores por sua magnitude, complexidade e velocidade, apresentando desafios cada vez maiores à política externa;

b) Globalização **militar**, que se tornou mais complexa devido à *desglobalização militar* gerada pelo fim da Guerra Fria, na qual os antigos modelos de disputas entre Estados não mais representam relevância para o equilíbrio de poder;

c) Da globalização militar surge a Globalização **social**, ligada a acordos e movimentos a favor dos direitos humanos exercendo pressão por meio de suas intervenções humanitárias. Essa globalização é entendida como uma forma de *Soft Power*. Alude-se que essas intervenções ocorrem por meio de forças militares e, mesmo tendo alguns efeitos positivos, também se mostram negativas ao subsidiarem ações terroristas, que ocorrem a partir da interação de grupos fundamentalistas com a tecnologia proporcionada pelo sistema de redes.

Entretanto, existem reações contrárias à globalização, decorrentes da maneira como ela acontece. Os efeitos da globalização não são imediatos, pois circula e influencia o meio político e econômico, mantendo-se sempre um aspecto primariamente local e só posteriormente global.

Dessa forma, entende que o sistema de redes caracteriza a globalização possibilitando aos Estados o desenvolvimento de seu poder brando. É como sugere o autor, “quando a ação coletiva é indispensável para obtermos os resultados que queremos, o nosso poder é limitado por definição [...]”. (NYE, 2002, p.229)



Na era da informática, que caracteriza a contemporaneidade faz-se necessário tanto o poder duro quanto o brando para que a política externa de um Estado possa ser bem sucedida. A junção dos poderes proposta, remete ao conceito de poder inteligente.

De modo que, segundo Nye (2002), é necessário que os Estados aprendam a definir seus interesses nacionais para incluir os globais, esse arranjo é crucial para a longevidade do poder e para a aceitação, de outros, da sua hegemonia.

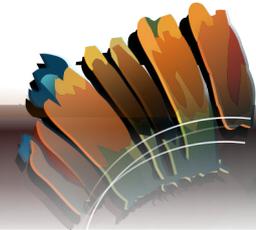
CONCEITO DE HEGEMONIA E SUA RELAÇÃO COM OS PODERES DESCRITOS POR NYE

Globalização e hegemonia estão intimamente relacionadas na contemporaneidade. Para Nye (2002), a hegemonia de uma nação se estende à economia, à moeda, aos setores militares, ao estilo de vida, ao idioma e à cultura. Para conservar a hegemonia, é necessário preservar a força ao mesmo tempo em que se interage, seletivamente, com o mundo. Mesmo parecendo com o conceito de poder inteligente, o termo não é enquadrado dentro de uma classificação teórica clara.

Nesse contexto, Alves (2010), entende que os postulados de Gramsci podem ser convenientes para o entendimento do conceito, uma vez que um grupo social que se encontre subordinado a outro, tem a tendência a adotar para si as mesmas concepções de mundo de quem o influencia, ainda que contraditórias às suas práticas.

Nye (2002) pensa o exercício do poder e o mostra como desempenho por meio do militarismo, contemporaneamente, porém, somente uma justificativa moral muito bem elaborada ou um perigo real de ameaça à sobrevivência da nação é capaz de garantir ao Estado, o apoio popular para o exercício da força bruta.

O poder bruto se apoia tanto em induções [...] como em ameaças. Mas existe um modo indireto de exercer o poder. Na política mundial, é possível que um país obtenha os resultados que quer porque os outros desejam acompanhá-lo, admirando os seus valores, imitando-lhe o exemplo, aspirando ao seu nível de prosperidade e liberdade. [...] A este aspecto do poder [...] dou o nome de poder brando. Ele coopta as pessoas em vez de coagi-las. (NYE, 2002, p.36)



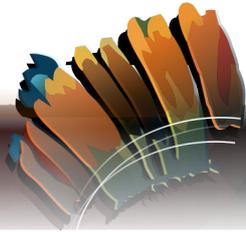
Logo, pode-se perceber que o poder brando atua por meio da política interna e externa através dos seus valores e influências. No entanto, nas mãos do governo, esse poder não sofre o mesmo domínio que o poder bruto. As fontes de poder (bruto, econômico, brando) são relevantes para a compreensão do mundo político atual, pois a descrição simplificada em que ocorreu sua evolução nos últimos séculos, o fere em diferentes graus.

É perceptível que o estudo do poder, requer uma análise bem focada, mesmo em nuances muitas vezes imperceptíveis, e Nye (2002) não deixa de dar-lhes a devida importância, a mesma ênfase aos aspectos do equilíbrio dentro de espaço hegemônico e chama a atenção para a maneira como uma nação reage ao domínio de outra, é assim que se estabelecem os parâmetros para a estabilidade ou para o desequilíbrio do governo.

Tudo o que é imposto ao outro é passível de oposição, por esse motivo, surgem especulações sobre a necessidade de se atuar politicamente utilizando o equilíbrio de poder. No entanto, Nye (2002) acredita que a expressão “equilíbrio de poder” é empregada de maneira contraditória e mecanicista.

Contraditória porque se um Estado cria políticas a fim de impedir possíveis ameaças a sua independência, as demais nações serão obrigadas a reagirem a esse poder para reestabelecer o equilíbrio. Mecanicista porque se distancia do alvo, ou seja, quando há a ascensão de uma potência, outras aderem a esta porque a consideram mais forte, sendo preferível se associar ao lado mais forte do que ao mais fraco. Logo, a percepção do autor é de que a desigualdade de poder pode gerar períodos de paz e estabilidade.

Nye (2012) argumenta que vínculos fracos podem servir de base para a união bem sucedida de grupos diversos, para a criação de redes de confiança que permitam a estes grupos trabalharem juntos e de maneira integrada em prol de objetivos comuns.



O QUE É PODER?

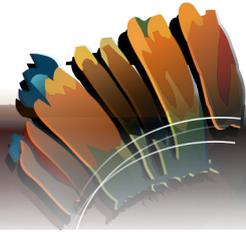
Já se falou de hegemonia, de equilíbrio, de força, do poder e do que lhe é relativo. Mas o que é poder? Qual é o seu significado? Para Nye (2002, p.30), “em termos simples, é a capacidade de obter os resultados desejados e, se necessário, mudar o comportamento dos outros para obtê-los”. Porém, tal capacidade está associada, na maioria das vezes, à posse de recursos como território, economia, recursos naturais, força militar, população e estabilidade política.

Em uma de suas obras mais recentes, Nye (2012) reafirma sua percepção inicial e acrescenta ao conceito a capacidade de influenciar, afetar e alterar o comportamento e/ou os valores e crenças de outros, seja em situações sociais e/ou políticas, a fim de se conseguir resultados. Assim, poder é uma junção entre a quantidade e eficiência de recursos.

Existem constantes discussões entre estudiosos da política e das relações internacionais que buscam definir qual tipo de poder é o mais eficaz e/ou relevante para os Estados que buscam estabelecer sua hegemonia, no entanto, Nye (2012) afirma que o poder não se estabelece de uma maneira estática e com base em apenas uma definição teórica, mas que envolve e engloba vários aspectos e recursos em um planejamento estruturado de estratégias que venham a ser eficazes para a nação, ou seja, são as capacidades de influência aliadas aos recursos de um Estado que determinam o grau de poder que este vai conseguir exercer.

Existem dois grandes deslocamentos de poder que estão ocorrendo no século XXI, são eles: o poder entre os Estados versus o poder dos Estados que se espalham para os atores não estatais. É a partir dessa visão que o autor traz sua concepção de relações transnacionais difusas, comparando o cenário internacional a um jogo de xadrez tridimensional, excluindo qualquer possibilidade de se tratar das atuações políticas dentro de uma ótica unipolar.

O autor afirma que quando a sociedade e a cultura de uma nação cuja hegemonia é atraente, se estabelecem como superior às demais, qualquer sensação de ameaça que os demais Estados sob seu domínio possam vir a sentir, ficam enfraquecidas, e conseqüentemente, a necessidade de equilibrar esse poder se desvanece.



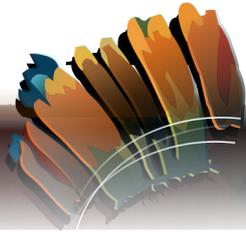
Como escreveu Joseph Joffe, „ao contrário dos séculos passados, nos quais a guerra era o grande árbitro, hoje os mais interessantes tipos de poder não saem do cano do fuzil [...] Atualmente compensa muito mais „levar os outros a quererem o que você quer , e isso tem a ver com atração cultural e ideologia, com estabelecimento de agendas e com a capacidade de oferecer [...] . (NYE, 2002, p.81)

Desse modo fica claro que muito mais recursos estão em pauta, exigindo do Estado hegemônico uma postura diferenciada para que possa permanecer no comando, caso contrário, outra potência o substituirá. Ou seja, estamos na era da informação e novas configurações de poder surgiram, interferindo na política mundial, trazendo tanto benefícios como vulnerabilidades, pois além de criar novos meios de comunicação, a tecnologia dá poder a indivíduos e a outras esferas não-estatais.

Mesmo sendo a política mundial cada vez mais complexa graças à revolução da informação, os países subdesenvolvidos ficam a mercê das grandes potências, pois estas têm tecnologias para acompanhar em tempo real e na maioria dos casos, com a mesma velocidade, a evolução dessas informações. Para Nye (2012), essa é uma das formas de exercer o *Soft Power*.

Ainda que tais fatores pareçam favoráveis ao domínio de grandes potências, não se deve acreditar que não existem aspectos negativos nesse grande cenário que excede os limites fronteiriços e de comando estatal. “Alguns aspectos da revolução da informação ajudam os pequenos, porém outros favorecem os já grandes e poderosos.” (NYE, 2002, p.115)

- O tamanho da rede – de interdependência – que se interliga e agrega valor à tecnologia (como no exemplo do celular que, um só aparelho não apresenta valor, mas dois sim; e se houverem cada vez mais, a rede se amplia);
- A capacidade de produzir novidades. Ou seja, que consegue ter acesso a informações antes mesmo que elas sejam de conhecimento público, está à frente dos demais;
- Os pioneiros de uma informação e/ou tecnologia, acabam ditando as regras e arquitetando o cenário de poder que exercerão sobre os seus seguidores. Logo, uma ideia nova o coloca em uma posição de superioridade;



- Facilidades a acesso de informações que anteriormente só eram possíveis aos militares criam o fortalecimento de Estados menores e mais fracos, ao mesmo tempo em que colocam as grandes potências numa situação de vulnerabilidade.

COMO SE RELACIONAM OS PODERES?

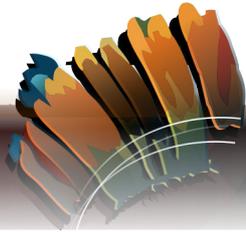
More (2012) mostra que o poder de uma nação se dá ou pelo *Hard Power* ou pelo *Soft Power*. Porém, o poder brando é resultado de fatores variáveis e tem fins específicos, não podendo ser direcionado ao acaso, mas, deve buscar uma ressonância na população, ou seja, a aceitação dessa mediante o seu exercício.

O conceito de *Hard Power*, descrito por Santos (2009) está associado a aspectos militares e econômicos que são utilizados como meios de coerção em relação àqueles sobre quem se quer exercer o poder. Nye (2012) diz que tanto um quanto o outro são importantes, no entanto, essa importância é relativa, pois depende do contexto em que ocorre e da maneira como exerce influência a fim de conseguir os seus resultados pretendidos.

O termo *Smart Power*, ou poder inteligente foi desenvolvido por Nye (2012) a fim de esclarecer algumas percepções equivocadas de que o poder brando tem a capacidade e autonomia de isoladamente proporcionar o desenvolvimento de uma política externa efetiva. Assim, descreve-o como a capacidade de um Estado de combinar os recursos de poder duro e brando, que geram as estratégias efetivas na política e consequentemente, levam aos resultados satisfatórios.

Santos (2009) interpreta o conceito de poder de maneira mais abrangente, e o descreve como uma competência de nível estatal de alcançar as metas estabelecidas, mesmo que para isso, o Estado interessado manipule por meio de estratégias diferenciadas os recursos disponíveis, sejam eles tradicionais – aqui representados pelo *Hard Power* – ou não, como os meios corporativistas, acordos institucionais, entre outros, que representam o Poder Brando – ou *Soft Power*.

Logo, as percepções desse autor não se distanciam do conceito primário de Nye e remetem ao conceito de poder inteligente. No entanto, deve-se ressaltar aqui que, para que essa combinação de poderes seja de fato eficaz, é antes de tudo necessário, que os detentores desses poderes



utilizem a inteligência contextual⁵ como ferramenta base na construção estratégica de políticas hegemônicas.

Essa necessidade se explica pelo fato de que o poder duro e o brando, muitas vezes se reforçam e em outras, enfraquecem um ao outro. E a capacidade de distinguir como eles agem e interagem em situações distintas só se dá por meio dessa inteligência contextual.

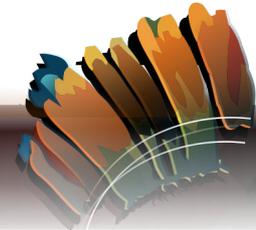
Gueraldi (2005) analisa o conceito de Soft Power e mostra que este surgiu com intuito de ilustrar didaticamente como se constituía o poder dos Estados Unidos no fim da década de 1980. Nye (2012) reafirma tal percepção ao mostrar que o termo surgiu como um conceito acadêmico criado para descrever e explicar as diferenças de poder que ultrapassavam o campo militar e econômico e alcançavam o midiático, ganhando repercussão no âmbito das relações internacionais. Ao poder brando estão associados recursos intangíveis como que vão desde instituições à ideias e valores.

Apesar de não ter os mesmos recursos que o *Hard Power*, e de parecer ser bem menos arriscado, o *Soft Power* é, em geral, *mais difícil de por em prática*, pois requer uma capacidade de convencimento, argumentação e influência sobre as crenças e ações dos outros sem que haja a imposição da força ou a promessa de recompensa; *é mais fácil de perder*, pois fatores externos ao ambiente político, como a própria cultura, que é um desses recursos, podem interferir de maneira negativa na imagem da nação dominante e leva-la a perda dessa hegemonia e; *é ainda o mais difícil de reestabelecer*, principalmente quando a confiança nesse poder já foi perdida e não é mais aceita como legítima.

[...] os governos têm dificuldade para utilizar o poder brando. Sustentar a atração [...] requer consistência da prática com valores. Ir além para projetar atração, ajustar agendas e persuadir é ainda mais difícil. [...] alguns dos objetivos gerais aos quais o poder brando é direcionado são difusos, e os governos raramente têm pleno controle de todos os instrumentos (NYE, 2012, p.138)

Essas percepções foram ressaltadas com a finalidade de mostrar que o poder brando, mesmo muito eficaz, possui algumas limitações. O poder brando em sua forma negativa, causa efeitos que podem ou não ser garantidos. Assim, se o poder brando exercido “[...] conduzir à corrupção e à destruição dos equilíbrios de poder existente entre os grupos sociais, pode também engendrar ressentimento, em vez de atração [...]” (Nye 2012, p.115).

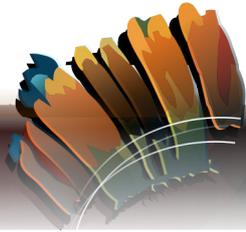
⁵ É a capacidade para entender um ambiente em evolução e capitalizar as tendências. Trata-se de uma habilidade crucial que os líderes precisam ter, a fim de converterem os recursos de poder em estratégias bem sucedidas. (Nye, 2012)



Santos (2009), parte do mesmo ponto para conceber seus argumentos sobre o poder, e diz que o *Soft Power* pode ser melhor visualizado no período do pós Guerra Fria, devido ao surgimento de novos atores no sistema internacional que, em sua maioria, não podem contar com o poder bélico, e que para terem um certo grau de efetividade em suas atividades, utilizam-se de métodos de persuasão e/ou domínio diferenciados.

Existem dois resultados recorrentes do uso do poder brando segundo Nye (2012): o direto e o indireto. No modelo direto, um líder pode ser atraído e/ou persuadido por outro a partir de sua benignidade, carisma e competência. No modelo indireto – que segundo Nye, é o mais comum – o público e terceiros sofrem influências que acabam por mobilizar suas ações e condutas, alcançando assim, líderes políticos que atuam a fim de representar essas demandas públicas.

Segundo Nye (2002), o poder brando tem a capacidade de a) levar um Estado a definir sua agenda, conforme seus interesses internos e externos, para posteriormente formar as preferências dos demais; b) de seduzir e atrair, fazendo com que aquele que se sente atraído, aceite essa superioridade e, em alguns casos, até imite as características que lhe chamaram atenção; c) de se relacionar com o poder bruto e assim se reforçarem mutuamente e; d) de estabelecer regras e padrões internacionais que sejam compatíveis com suas leis, cultura, vontades e demandas sociais internas, sem que seja necessário utilizar-se da força bruta para tal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi abordado por Nye e pelos demais autores na discussão sobre o poder brando, foi possível perceber que o conceito de *Soft Power* nunca está desvinculado do conceito de *Hard Power* e principalmente, do conceito de hegemonia, ainda que este último, não tenha uma definição clara e específica.

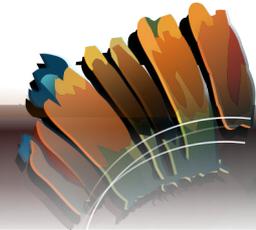
Há uma alusão ao fato de que o *Soft Power* está diretamente ligado à política externa de um país que é aceita por outro como legítima, mas se um país não reconhece o outro como sendo detentor do poder, não existe *Soft Power*.

Essa e outras limitações do *Soft Power* mostram que ele não é capaz de isoladamente causar mudanças definitivas no cenário político, o que fica claro quando se encontram vácuos de poder nesse exercício político, o que, de acordo com Lima (2012), propiciam a países mais fortes o exercício de certo nível de poder, em casos hegemônicos sobre um determinado grupo e/ou situações específicas, e que posteriormente podem se expandir levando a um grau elevado de domínio de um Estado sobre o outro.

Assim, pode-se considerar que poder brando é um conceito que está diretamente ligado aos interesses nacionais e que o ganho do Estado que o detém está na capacidade de manipular a interdependência de outros em áreas em que são fortes ao mesmo tempo em que evitam ser manipulados em áreas em que são relativamente fracos.

Não existe estabilidade dentro do poder, pois ele também depende das relações, contextos e meios de ação das/e entre as nações. Entretanto, trata-se de um conceito amplo e que pode ser extensivo a outras áreas de domínio, e não apenas ao cenário político.

Mesmo partindo de um posicionamento liberalista, Nye consegue expor sua análise sobre o poder como um todo de forma contundente e o fato de levar em conta detalhes e nuances do poder que muitas vezes são imperceptíveis para um olhar desatento, ou que acabam sendo ignorados por outros estudiosos, faz com que sua teoria aspectos convincentes.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Ana Rodrigues Cavalcanti. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Lua Nova: São Paulo, 2010. Pp. 71-96. Acesso em: 22/08/2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n80/04.pdf>

GUERALDI, Ronaldo Guimarães. **A aplicação do conceito de poder brando (Soft Power) na política externa brasileira**. Versão preliminar da dissertação de mestrado. 2005. Acesso em: 27 de setembro de 2012. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br>

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

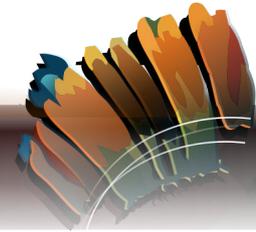
LIMA, Maria R. S. de. **O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional**. [In] Mesa-redonda: O Brasil, os BRICS e a agenda internacional / Apresentação do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel - Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/OBrasileosBrics.pdf> Acesso em: 23 de novembro de 2012.

MORE, Isaias Albertin de. **O Soft Power e a construção da hegemonia estadunidense ao longo do século XX**. Brasília: ABRI, 2012. Acesso em: 20 de setembro de 2012. Disponível em: http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=OCCAQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.seminariopos2012.abri.org.br%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D485&ei=O7djULKQKcyyOQG5tIHwCg&usg=AFQjCNEyi02wixqMOoO4RBLLjFPi9pqs9g&sig2=R1Vq_A15qjaN3_luNZF0dQ

NYE JR, Joseph S. **O paradoxo do poder Americano: por que a única superpotência do mundo não pode prosseguir isolada**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____. O futuro do poder. São Paulo: Benvirá, 2012.

SANTOS, Aline Pavan dos. **Inserção Internacional do Brasil: o Poder Brando e a política externa do governo Lula**. São Paulo, 2009.



CASAMENTO MISTO ENTRE ESCRAVOS NA CIDADE DE TERESINA NA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

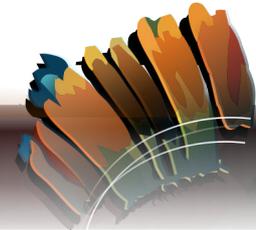
Talyta Marjorie Lira Sousa⁶

RESUMO

Um dos principais objetivos do estudo do passado é investigar as permanências e as rupturas ocorridas ao longo do tempo, em um dado espaço. Para este trabalho analisaremos os registros de casamento que referem-se à cidade de Teresina entre os anos 1853-1866 e 1883-1888, através de documentos localizados no Arquivo da Casa Paroquial da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. A intenção é fazer uma leitura historiográfica a respeito de um evento vital da população negra na cidade de Teresina. Nos registros de casamento observaremos a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, os nomes dos padrinhos, com suas residências e nacionalidades, o nome do pároco, a idade dos nubentes, e quais uniões destacam-se. Essas informações nos ajudam a compreender as relações sociais e estratégias usadas pelos envolvidos, expressando sinais de uma sociedade escravista.

Palavras-chave: Teresina, Escravidão, Casamento.

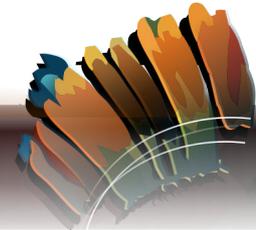
⁶ Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2012), graduada em História pela Universidade Federal do Piauí (2009), integrante do Grupo de Pesquisa no CNPQ: Memória, Ensino e Patrimônio Cultural e do projeto de pesquisa Memória, Cultura, Identidades e Patrimônio Cultural. Atualmente é professora da Universidade Estadual do Piauí e da Faculdade do Médio Parnaíba. Tem experiência na área de História, com ênfase em História da Afrodescendência, atuando principalmente nos seguintes temas: História do Piauí, escravidão, liberdade, memória.



ABSTRACT

One of the main goals of studying the past is to investigate the permanence and the ruptures which have occurred throughout the time in a given area. In order to qualify this study, we intend to analyze the Marriage Certificate related to Teresina city among the years 1853 - 1866 and 1883 - 1888. These documents can be found in the Archive of the Rectory of the Church Nossa Senhora do Amparo. The intention is to develop a historiographic reading concerning an important event of the slave population in Teresina city. In the registers of marriages, we observed the wedding dates, the name of each spouse and their affiliation, residence, place of birth, names of the best men and their residences and places of birth as well, the name of the parish priest, the age of the engaged, and what unions stand out. These information helps us to understand social relationships and strategies used by those involved, expressing signs of a slave society.

Keywords: Teresina, Slavery, Marriage.



Aos trinta de maio de mil oitocentos e oitenta e três, casou-se na Igreja Matriz Nossa Senhora do Amparo, José, escravo de Polidoro Antonio Saraiva, com Raymunda Maria da Conceição, em minha presença e das testemunhas, Antonio Moraes e Couto e Floresbella dos Santos Castro. Para constar fiz o presente assento que assino. C. Honorio Jose Saraiva, encarregado da freguesia.⁷

A riqueza de informações e a várias possibilidades de pesquisa contidas nos registros dos eventos vitais – nascimento/ batismo, casamento e óbito⁸ – levaram os historiadores a debruçarem-se sobre a dinâmica das populações do passado, procurando construir taxas de natalidade, fecundidade, mortalidade, crescimento demográfico, e, além disso, utilizar esses registros para análise sociocultural.

Os livros de registro passaram a ser fonte excepcional para os historiadores, a partir da escola dos *Annales* na França, quando a história deixou de privilegiar os grandes eventos e passou a contemplar o cotidiano de personagens desconhecidos. Desenvolveu-se, então, a chamada demografia histórica, entre os anos de 1956 e 1965, e os pesquisadores franceses Louis Henry e Michel Fleury tornaram-se referência nessa temática de estudo. Eles criaram uma metodologia para a coleta e análise das informações contidas nos registros paroquiais franceses e utilizaram os registros paroquiais para reconstruir o comportamento das populações que viveram em outros regimes demográficos. A metodologia da demografia histórica alcançou o Brasil e foi introduzida pela professora Maria Luiza Marcílio e pela professora Altiva P. Balhana, na década de 1960.⁹

A partir desse momento ampliaram-se as temáticas e multiplicaram-se os estudos, que revelaram realidades ainda pouco conhecidas, como: os movimentos de nascimento, casamento e óbito, refletindo costumes, tradições e mentalidades de um dado momento histórico; a existência de família e casamento entre a população escravizada; a ocorrência de compadrio e as redes de ajuda mútuas.¹⁰ Os livros de registro nos permitem ricas pesquisas no campo social e demográfico, eles formam o corpo de dados mais importantes existentes para fundamentar os estudos da dinâmica e também do estado das populações modernas de tradição cristã.¹¹

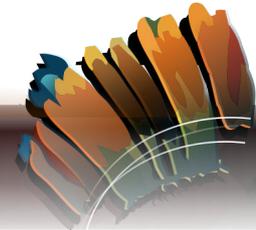
7 ARQUIVO DA CASA PAROQUIAL DE NOSSA SENHORA DO AMPARO. Livro de casamento. 1883-1888, Teresina.

8 BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história. In: O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009, p. 141-172.

9 BASSANEZI, Maria Silvia. Os eventos vitais na reconstituição da história, op. Cit., p. 162.

10 Id. Ibidem, p. 144-145.

11 M.L. Marcílio. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. In: Anais de História, Assis, 1983, n.2, p.83.



A prática de registrar o sacramento do batismo e do matrimônio existia antes do século XVI nos países da Europa. No ano de 1539 intuiu-se pela primeira vez o registro universal dos batismos e das mortes com a Ordenança de Villers-Cotterêts, no Reino da França, mas sem obrigatoriedade. Após o fim do Concílio de Trento¹², em 11 de novembro de 1563, houve a obrigatoriedade do registro de batismos, matrimônios e mortes de todos os indivíduos. Em 1591, em Portugal, as Constituições de Coimbra, confirmaram o registro obrigatório e determinaram a confecção, em cada paróquia, de livros separados para batismo, casamento e óbito. No Brasil, em 1707, *as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, seguiram as recomendações do Concílio de Trento, e estabeleceram normas e a obrigatoriedade dos registros paroquiais.¹³

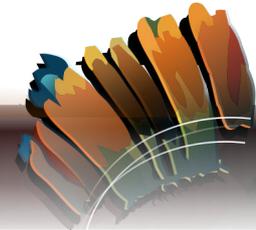
Os registros de batismo apresentavam uma forma instituída no Concílio de Trento e depois adaptada pelas Constituições Primeiras que incluíam, obrigatoriamente, do nome do batizando, do pai, da mãe e dos padrinhos; a data e local do batismo com indicação da freguesia; era ressaltado o estado jurídico do indivíduo, se era livre, escravo ou forro, se fosse escravizado, o cativo ao receber o batismo era comumente identificado por algum complemento que o caracterizasse. No caso do batismo de inocentes costumava ser informado se a criança era filha natural ou legítima.¹⁴

No caso da criança ser natural, portanto, consequência de uma relação consensual, não legalizada formalmente pelo matrimônio, era possibilitado o registro do nome do pai se a mãe soubesse e se não houvesse desordem. Todavia, essa autorização da legislação não se tornou usual. São raros os assentos em que consta o nome do pai de criança natural. Havia uma diferenciação nos casos da ilegitimidade dos nascidos. A criança dita natural era fruto de casais concubinos, ou não, mas ambos solteiros, e provavelmente esses casais não sofriam tanto precon-

12 O Concílio de Trento foi o concílio ecumênico mais longo da História da Igreja Católica, e “emitiu o maior número de decretos dogmáticos e reformas, e produziu os resultados mais benéficos”, duradouros e profundos “sobre a fé e a disciplina da Igreja”. Para opôr-se ao protestantismo, o concílio emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou claramente as doutrinas católicas quanto à salvação, os sete sacramentos [como por exemplo, confirmou a presença de Cristo na Eucaristia), o cânone bíblico (reafirmou como autêntica a Vulgata] e a Tradição, a doutrina da graça e do pecado original, a justificação, a liturgia e o valor e importância da Missa [unificou o ritual da missa de rito romano, abolindo as variações locais, instituindo a chamada “Missa Tridentina”], o celibato clerical, a hierarquia católica, o culto dos santos, das relíquias e das imagens, as indulgências e a natureza da Igreja. Regulou ainda as obrigações dos bispos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_de_Trento. Acesso em: 25 de outubro de 2011.

13 Id. Ibidem, p. 146.

14 DEMETRIO, Denise Vieira. *Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII*. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.



ceito social, pois não possuíam o sacramento do matrimônio com outra pessoa. As crianças ilegítimas também podiam ser provenientes de um adultério, ou seja, quando o pai ou a mãe era casado, mas o filho era fruto de relação extraconjugal. Outro tipo de ilegitimidade era o sacrílego, ou seja, filho de padre. Esta situação não era tão rara no Brasil colonial. Estas crianças não eram impedidas de serem batizadas, no entanto, eram necessários alguns cuidados, pois estes não deviam ser batizados na pia batismal aonde seus pais forem Vigários, Coadjuutores, Curas, Capelães ou Fregueses, mas na pia batismal da freguesia mais próxima, sem luxo, nem acompanhamento além dos padrinhos.¹⁵

Os registros de casamentos são os mais detalhados. Os registros de casamento deveriam ser assinados pelas testemunhas, pelo pároco ou sacerdote que presidiu o matrimônio. O sacramento do matrimônio tinha como finalidade a maternidade e a formação de novos cristãos: a mulher deveria conceber, educar seus filhos na fé cristã e a administração das coisas da casa. Além disso, ela devia amar, respeitar e obedecer ao marido, além de ter um caráter íntegro e honesto. Era responsabilidade do marido tratar com generosidade e com honra a sua mulher e de sustentar com seu trabalho a família.¹⁶

Os assentos de óbito, diferente do batismo e casamento, não se mencionam um sacramento específico. No momento da morte do devoto católico, vários sacramentos eram solicitados, para garantir que sua alma fosse para o céu. Dava-se o sacramento da penitência, quando o indivíduo arrependia-se dos pecados cometidos, confessava-se e recebia a absolvição do sacerdote, a eucaristia e a extrema-unção.¹⁷

Em 1872, realizou-se no Brasil o primeiro censo geral, que pretendia traçar o perfil populacional e familiar do império. Os clérigos foram de grande estima, pois as unidades de registro eram as freguesias, e, na ausência do juiz de paz, o responsável pelas informações era o próprio padre. Além de registrar os batismos, casamentos e óbitos nos livros de assentos, os padres deveriam preencher quadros e enviá-los semestralmente para o presidente da província, onde constavam o número destes batismos, casamentos e óbitos, além de outras informações como a condição social, a idade e cor dos envolvidos.¹⁸

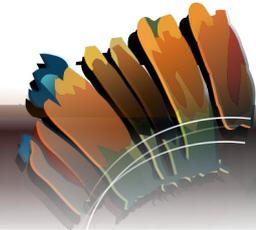
Analisaremos neste artigo os registros de casamento que referem-se à cidade de Teresina nos anos de 1883-1888, através de documen-

15 LOTT, Mirian Moura. *Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX*. Comunicação apresentada no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas. Organizado pela Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS. 2006, p. 4.

16 LOTT, Mirian Moura. *Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX*, op. Cit., p. 6.

17 Id. Ibidem, p. 5.

18 Id. Ibidem, p.. 9.



tos que podem ser localizados no Arquivo da Casa Paroquial da Igreja de Nossa Senhora do Amparo. A riqueza de informações, contidas nas várias categorias de assentos, apresentou-se como resultante das observações dos párocos responsáveis pela feitura dos registros; dessa forma, cada pároco registrava os pormenores ou não, ao descrever os eventos analisados. E também ao posicionamento social e/ou faixa etária dos sujeitos envolvidos nos registros.

O nosso objetivo é fazer uma leitura historiográfica a respeito de um evento vital da população negra em Teresina. Nos registros de casamento observaremos a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, os nomes dos padrinhos, com suas residências e naturalidades, o nome do pároco, a idade dos nubentes, e quais uniões destacam-se. Essas informações nos ajudam a compreender as relações sociais e estratégias usadas pelos envolvidos, expressando sinais de uma sociedade escravista.

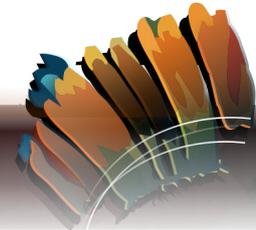
Os historiadores buscam definir os agentes históricos da instituição escravista, considerando as variáveis relacionadas à estrutura organizacional do trabalho escravizado e do cotidiano dentro do sistema escravista. Dessa forma, os registros paroquiais são importantes para a percepção de como estava estruturada as populações, principalmente a escravizada, eles evidenciam a vida dos sujeitos históricos, à vista que os eventos vitais eram registrados na Igreja.¹⁹

O sacramento do casamento é um dos Sacramentos da Igreja Católica que estabelece e santifica a união entre um homem e uma mulher para a fundação de uma nova família cristã. O Concílio de Trento²⁰ consagrou ao matrimônio uma nova disciplina, organizando-o como uma cerimônia eclesial que representava a única, a perfeita e a verdadeira união cristã,²¹ pois até aquele momento a Igreja considerava o casa-

19 SILVA, Sidney Pereira da. *Os Registros de Batismo e a Ilegitimidade entre a População Escrava de Valença (Província do Rio de Janeiro - 1823-1885)*. Disponível em: <historia_demografica.Tripod.com/bhds/bhds51/sind.doc>. Acesso em 12 de novembro de 2011.

20 O Concílio de Trento foi o concílio ecumênico mais longo da História da Igreja Católica, e “emitiu o maior número de decretos dogmáticos e reformas, e produziu os resultados mais benéficos”, duradouros e profundos “sobre a fé e a disciplina da Igreja”. Para opôr-se ao protestantismo, o concílio emitiu numerosos decretos disciplinares e especificou claramente as doutrinas católicas quanto à salvação, os sete sacramentos [como por exemplo, confirmou a presença de Cristo na Eucaristia], o cânone bíblico (reafirmou como autêntica a Vulgata] e a Tradição, a doutrina da graça e do pecado original, a justificação, a liturgia e o valor e importância da Missa [unificou o ritual da missa de rito romano, abolindo as variações locais, instituindo a chamada “Missa Tridentina”], o celibato clerical, a hierarquia católica, o culto dos santos, das relíquias e das imagens, as indulgências e a natureza da Igreja. Regulou ainda as obrigações dos bispos. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Conc%C3%ADlio_de_Trento. Acesso em: 25 de outubro de 2011.

21 VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.



mento como uma união profana.²²

Visto que o matrimônio da Lei Evangélica excede pela graça de Cristo os antigos matrimônios, com razão ensinaram os nossos santos Padres, os Concílios e toda a Tradição da Igreja, que ele deve ser enumerado entre os sacramentos da Nova Lei. Contra esta doutrina se levantaram furiosos neste século certos homens ímpios, que não só tiveram opiniões erradas sobre este sacramento venerável, mas ainda, como costumam, introduziram a liberdade da carne sob pretexto de Evangelho, afirmando, por escrito e oralmente, muitas doutrinas alheias ao sentir da Igreja Católica, à Tradição, aprovada desde o tempo dos Apóstolos, e isto não sem grande dano dos fiéis de Cristo. Ora, querendo este santo e universal Concílio atalhar a sua temeridade, julgou se deviam pôr à luz as principais here-sias e erros dos sobreditos cismáticos [...].²³

O casamento após o Concílio de Trento passou a ser um contrato elevado à dignidade de sacramento por meio de 12 cânones,²⁴ subordinado à cerimônia oficial, cuja liturgia deveria ser uniformizada e celebrada pelo pároco em presença de duas ou mais testemunhas, diante dos quais os noivos deveriam proferir as palavras de aceitação do enlace.²⁵

Assim, o sacramento do matrimônio: o último sacramento tinha três objetivos a de reproduzir a espécie humana, ordenada para o culto e honra de Deus; a fé e a lealdade que os casados deveriam guardar mutuamente e a inseparabilidade do casal.²⁶ A idade mínima para o casamento era de 14 anos para o noivo e de 12 anos para a noiva. Pretendendo se casar e não havendo impedimentos, o pároco fazia as proclamas

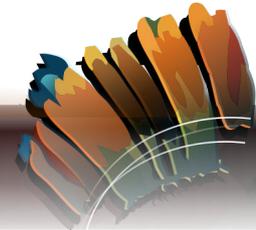
22 As regras morais do cristianismo por muito tempo não conseguiram penetrar a fundo nas massas populares. A violência foi amplamente utilizada contra essas massas, durante a Idade Média, e muitos núcleos pagãos coexistiram entre os europeus cristianizados, desenvolvendo seus ritos, inclusive o casamento. Sobre o assunto, ver KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *Malleus Maleficarum: o martelo das feiticeiras*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

23 Doutrina sobre o Sacramento do Matrimônio da Sessão XXIV do Agnus Dei, documento produzido pelo Concílio Ecumênico de Trento, celebrado no tempo do Sumo Pontífice Pio IV, em 11 de novembro de 1563.

24 CÂN I. In: Bíblia Sagrada. Tradução dos Monges de Maressous (Bélgica). São Paulo: Editora Ave-Maria, 1998, 12ª edição, p. 971. Se alguém disser que o matrimônio não é verdadeiro e propriamente um dos sete sacramentos da Lei Evangélica, instituído por Nosso Senhor Jesus Cristo, e [disser] que foi inventado pelos homens na Igreja e que não confere graça – *seja excomungado*.

25 CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. TOPOI, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005.

26 LOTT, Mirian Moura. *Casamentos a partir dos mapas de 1839: uma análise social*. O texto apresentado é parte de sua dissertação: *Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839*. [Dissertação de Mestrado História]. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2004, p. 5.



por três domingos. Caso um dos noivos pertencesse a outra freguesia ou tivessem morado em outra freguesia por mais de seis meses na idade adulta, também lá precisariam ser feitas as proclamas, sendo apresentadas para o processo as certidões comprobatórias.²⁷

O casamento só não se realizava se houvesse algum impedimento, apesar da possibilidade de ser dispensado por autoridade eclesiástica. Os impedimentos eram determinados pelo voto simples [de virgindade, de castidade, de não se casar, de receber ordens sagradas e de abraçar o estado religioso], pelo parentesco legal e pela diferença de religião [um dos noivos sendo católico e o outro filiado a seita “herética”]. Neste caso, se houvesse risco de perversão para o cônjuge católico ou para seus filhos, o casamento era proibido.²⁸

Os impedimentos decisivos eram determinados pela idade, e pela impotência [antecedente à realização do casamento e perpétua, absoluta ou relativa]. Este era considerado o mais importante, pois envolvia a essência básica da união conjugal, pois o casamento só se consumava de fato com a “União física dos corpos”.²⁹

Segundo Mirian Moura Lott, o parentesco impedia a realização do casamento, considerando-se as formas: natural [os laços de sangue em primeiro grau invalidava o matrimônio em todos os graus e em linha colateral anulava até o terceiro grau, inclusive], por afinidade [referia-se ao vínculo legal que existisse entre o cônjuge e os consanguíneos do outro: se em linha reta, em todos os graus e se em linha colateral, até o segundo grau, inclusive], espiritual [impedia o casamento entre o padrinho e o batizado], e o parentesco legal [o empecilho se originaria do laço formado frente à adoção legal]. Contudo, podia ser dada licença para que o enlace se concretizasse.³⁰

Os motivos para a dissolução do vínculo do matrimônio poderiam ser no caso de ambos ou um dos cônjuges entrarem numa ordem religiosa; a fornicação, tanto no caso da esposa como do marido. Todavia, se o adultério fosse mútuo não seria permitida a separação, pois o erro de um seria compensado pelo erro do outro. As sevícias graves e maus tratos também eram motivos para o fim do vínculo matrimonial.³¹

Para o registro do matrimônio, foram estabelecidas normas igualmente às dos registros de nascimento. O casamento, salvo casos excepcionais, deveria ser realizado na Igreja e na presença do sacerdote.

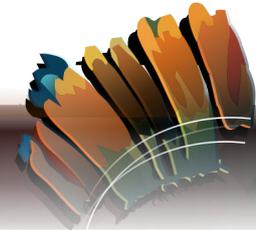
27 LOTT, Mirian Moura. *Casamentos a partir dos mapas de 1839: uma análise social*, op. Cit., p. 5

28 Id. Ibidem, p. 5.

29 Id. Ibidem, p. 5.

30 Id. Ibidem, p. 5.

31 Id. Ibidem, p. 5.



te. O registro do ato, também feito em livro especial, deveria conter: a data do casamento, o nome de cada cônjuge e sua filiação, residência, naturalidade, além dos nomes dos padrinhos, com suas residências e naturalidades e a assinatura do sacerdote. Casos especiais deveriam ser mencionados, como por exemplo, no caso dos batismos: se a criança era ilegítima e o nome dos pais quando conhecidos, ou a menção filho de pais incógnitos; se a criança fora exposta [abandonada]; se era escravizada, deveria trazer o nome do senhor. No registro de matrimônio, exigia-se, se fosse o caso, a declaração de viuvez do cônjuge, com o nome do primeiro conjugue.³²

A normatização e administração do casamento no Brasil ocorreu através das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, em 1707. As Constituições são formadas por cinco livros e pretendiam considerar tanto as questões dogmáticas [da fé católica], como as atitudes frente às “coisas sagradas”, o comportamento dos fiéis no cotidiano, o procedimento desejável do clero, e, por último, institui as sanções determinadas pelo descumprimento das orientações dadas.³³ A primeira parte das Constituições trata dos sete sacramentos [batismo, confirmação, eucaristia, penitência, extrema-unção, ordem e matrimônio], a segunda trata da fé católica, da doutrina, da denúncia dos hereges, da adoração, e do culto. Os sacramentos tinham que ser administrados e recebidos com dignidade.

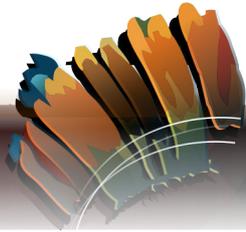
As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia transformaram-se em um dos documentos que repassaram das leis eclesiásticas estabelecidas pelo Concílio de Trento. Elas também normatizavam as uniões carnis, muito embora suas normas variassem entre os grupos sociais, as raças, o estatuto jurídico dos indivíduos e, principalmente, de uma capitania para outra. As Constituições fixavam que o casamento era único meio dos cristãos legitimarem as uniões “naturais” entre os sexos.³⁴

Em relação ao matrimônio de escravizados, essa herança atinge a formação do Direito Canônico e a tradição religiosa católica. Os casamentos dos escravizados no Brasil obedeceram ao processo de imposição de um regime e uma disciplina religiosa aceita desde os primeiros tempos pelos portugueses. Para percebermos de que forma os escravizados foram recebidos no que diz respeito ao matrimônio no Brasil, podemos observar o documento eclesiástico que regulava o casamento,

32 MARCÍLIO, Maria Luiza. *Os registros paroquiais e a História do Brasil*. Várias Histórias, nº 31, janeiro 2004.

33 VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado Vol.

34 NADER, Maria Beatriz. *Casamento no Brasil: do século XVI ao XIX. O Olhar da historiografia*. Disponível em: www.angelfire.com/planet/anphues/beatriz4.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2011.



as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Suas orientações valiam para toda a colônia. Segundo esse regulamento os escravizados podiam unir-se com pessoas cativas ou livres:

Seus senhores lhe não podem impedir o matrimônio, nem o uso dele em tempo e lugar conveniente, nem por este respeito os podem tratar pior, nem vender para outros lugares remotos, para onde o outro, por ser cativo, ou por ter outro justo impedimento o não possa seguir.³⁵

Desse modo, o matrimônio de escravos, foi regulado unicamente pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Tal Direito Canônico seguia o modelo definido por Trento no que diz respeito aos sacramentos, incluindo os cativos entre os que deveriam recebê-los, desde o batismo até a catequese. Do Título LXII “Do sacramento do Matrimônio: da Instituição, Matéria, Forma, e Ministro deste Sacramento, dos fins para que foi instituído, e dos efeitos que causa” ao Título LXX “Do matrimônio dos vagabundos, e dos que fingem casados com mulheres, que trazem consigo, e dos que não fazem vida com as suas”, existiam poucas menções aos cativos.³⁶

O Título LXXI “Matrimônio dos Escravos”, das Constituições Primeiras, normatizava o tema, garantindo esse direito aos escravizados, buscando assegurar que o senhor não impedisse nem negasse tal direito ao escravizado, protegendo a vida conjugal dos cativos, a qual não podia ser perturbada por maus-tratos nem pela venda isolada de um dos cônjuges.³⁷ A leitura dessa legislação canônica permiti-nos pensar sobre a constituição da família escravizada, ao contrário da historiografia que negava a constituição da família escrava no Brasil. Contudo, percebe-se que as autoridades eclesásticas pareciam preocupar-se mais com os princípios da fé católica do que com o ato de união conjugal entre os escravos.³⁸

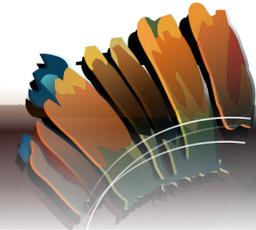
Em Teresina, através do registro no censo geral do Império de 1872, localizamos o número de pessoas casadas, solteira e viúvas, nas Freguesias de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores.

35 VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado Vol. 79. Brasília. Editora do Senado Federal, 2007, p. 303.

36 CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. TOPOI, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, pp. 327-361.

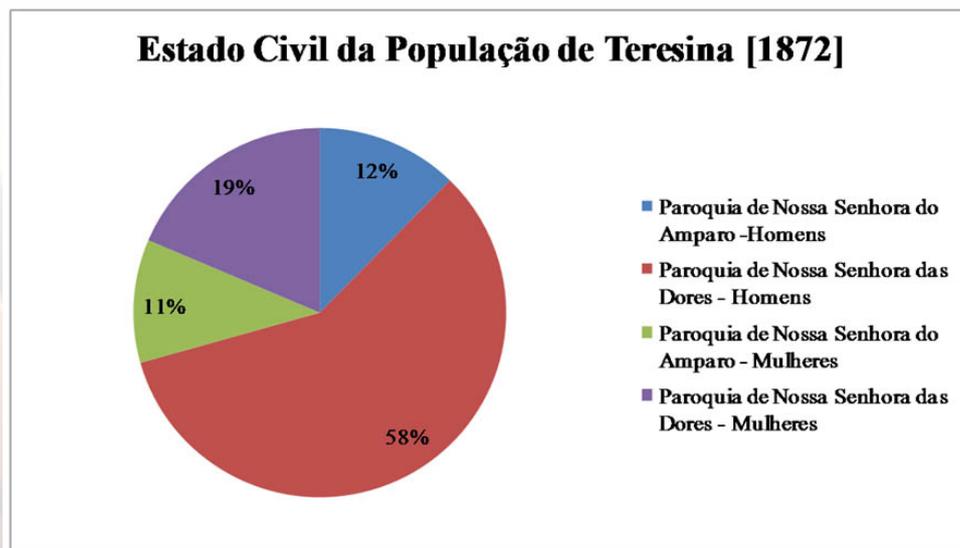
37 VIDE, D. Sebastião Monteiro da. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Edições do Senado Vol. 79. Brasília. Editora do Senado Federal, 2007, p. 303.

38 CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. *Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira*. Op. Cit., pp. 327-361.



Notamos que o número total de homens [8047] é superior ao número de mulheres [3114], o número de homens casados [5372] é mais que o dobro do número de mulheres casadas [2237], o número de mulheres solteiras [2361] é inferior o número de homens solteiros [2420], e o de viúvas [646] é mais que o dobro de viúvos [255].

Gráfico 1: Estado Civil da população de Teresina, 1872.



Fonte: Recenseamento do Império, 1872, Relatório de Presidente da Província.

Os assentos de casamentos que encontramos são específicos da freguesia de Nossa Senhora do Amparo, da cidade de Teresina, entre os anos de 1853-1866 e 1883-1888.

Observamos que os registros de casamento dos anos de 1853-1866 trazem poucas informações, destacando apenas o número de matrimônios dos respectivos anos, não podendo fazer uma análise mais detalhada como quem foi o responsável pelo registro no decorrer do tempo, quem foram as testemunhas, quem foram os casais que se casaram, onde foi realizada a cerimônia. Já os registros dos anos de 1883-1888 são mais específicos e trazem informações detalhadas do enlace matrimonial dos escravizados de Teresina.

O casamento não foi tão abrangente para a população escravizada de Teresina como o batismo, eles foram realizados por uma minoria. Encontramos 36 casamentos entre escravizados no período 1853-1866, para um total de 775, o que representam 06%, um número pequeno em relação ao total de casamentos realizados. O gráfico abaixo demonstra o total de casamentos realizados entre a população teresinense brasileira ou estrangeira, livre ou escravizada.

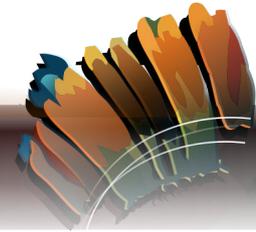
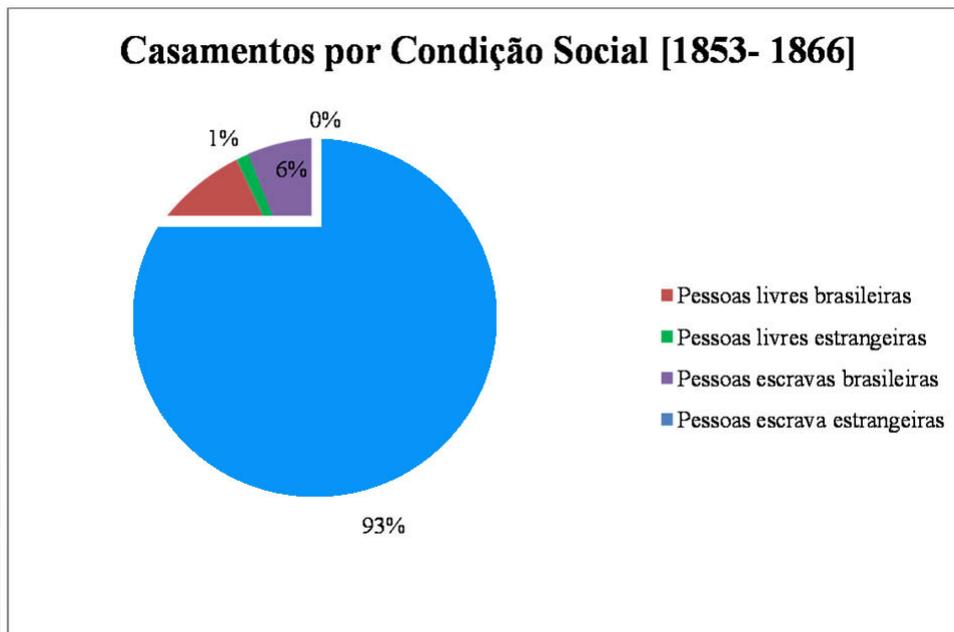


Gráfico 2: Casamento por condição social, Teresina, 1853-1866.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí, Mapa das pessoas batizadas, casadas e mortas na freguesia de Nossa Senhora do Amparo.

Entre os anos de 1883-1888 encontramos cerca de 44 registros de casamentos de escravizados. Eles nos informam a data o local, o nome do casal, nome do proprietário do escravizado, o nome dos pais, se era filho legítimo ou natural, o nome das testemunhas e o nome do celebrante.

Aos 24 de junho de 1883 casou-se na Igreja Matriz de Nossa Senhora do Amparo, Modesto, escravo de Antônio Victorino de Assumpção, com Maria dos Anjos do Espírito Santo, filha legítima de Martinho Jose da Rocha e de Joanna Barbosa de Jesus, em minha presença e das testemunhas Benedicto Eugenio Porto e Bernardo Martins Cardoso. Para constar fiz o presente assento que assinei. Cônego Honório José, encarregado da Freguesia.

Notamos um número maior de casamentos entre escravizados e pessoas livres, do que entre escravizados. Do total de 44 registros de matrimônio, 30 são entre homens escravizados casando com mulheres livres, 7 entre homens e mulheres onde ambos são escravizados, 6 entre homens livres e mulheres escravizadas, 1 entre homem liberto e mulher escrava, e nenhum registro para homem liberto e mulher livre, e homem liberto e mulher liberta. Confira no gráfico a seguir a porcentagem do número de registro de matrimônio.

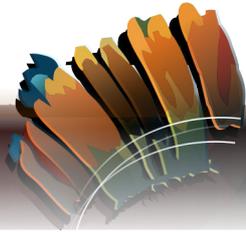
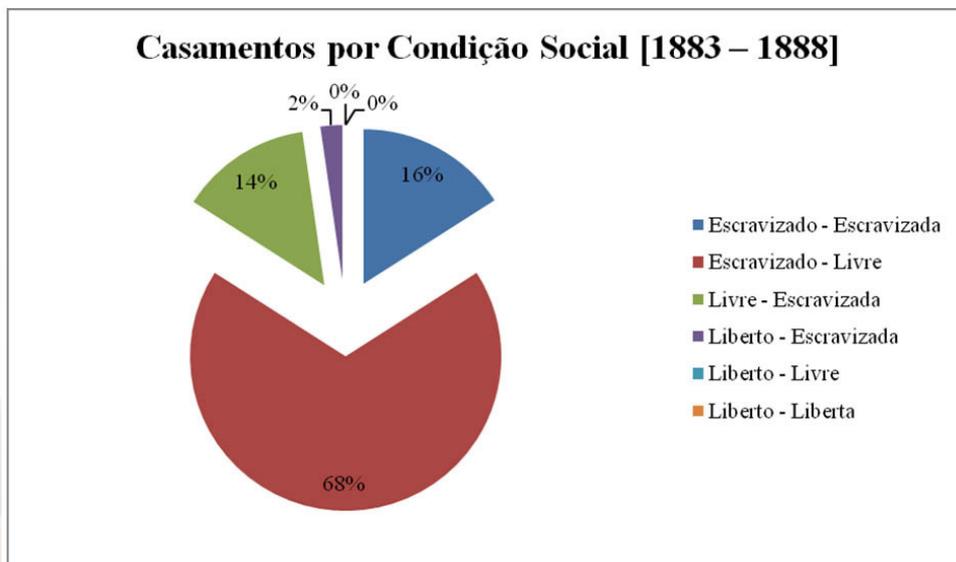


Gráfico 3: Casamento por condição social, Teresina, 1863-1888.

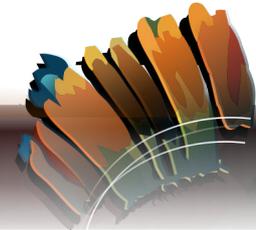


Fonte: Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Registros de Matrimônio.

É possível ainda observar a condição jurídica dos padrinhos dos noivos, cerca de 43 do total dos registros eram de homens livres como padrinho de casamento. Assim, podemos entender que o poder provincial controlava o apadrinhamento de escravizados, pois a presença de testemunhas escravizadas era mínima, apenas um padrinho escravizado nos documentos pesquisados, certamente o Império e a Província gostariam de evitar os laços afetivos fortaleciam as relações de sociabilidade.

Mesmo com um número diminuto das uniões entre escravizados em Teresina, podemos perceber que essas fontes nos proporcionam uma visão diferente acerca da composição social da família escrava e de seus laços afetivos. A historiografia tradicional que negava a possibilidade dos escravizados formarem vínculos familiares se transformou, e atualmente percebe a possibilidade de existir famílias escravizadas, extensas ou não, viverem de forma estável e duradoura.³⁹

³⁹ SLENES, Robert Wayne Andrew. *Na senzala uma flor: esperança e recordações da família escrava [Brasil Sudeste, Século XIX]*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.



REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria M. Balduino. Cotidiano e Pobreza: ***A magia da sobrevivência em Teresina*** (1877- 1914). Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

_____. ***Cotidiano e Imaginário: um olhar historiográfico***. Teresina: EDUFPI, 1997.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. ***Dicionário histórico e geográfico do estado do Piauí***. Arquivo Público do Estado do Piauí, 1994.

BASSANEZI, Maria Sílvia. ***Os eventos vitais na reconstituição da história. In: O historiador e suas fontes***. São Paulo: Contexto, 2009.

BRANDÃO, Tanya Maria. ***O escravo na formação social do Piauí: perspectiva histórica do século XVIII***. Teresina: Editora da Universidade Federal do Piauí, 1999.

CAMPOS, Adriana Pereira; MERLO, Patrícia M. da Silva. ***Sob as bênçãos da Igreja: o casamento de escravos na legislação brasileira***. TOPOI, v. 6, n. 11, jul.-dez. 2005, p 327-361.

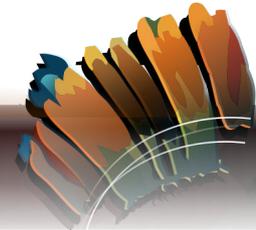
CÂN I. In: ***Bíblia Sagrada. Tradução dos Monges de Maressous (Bélgica)***. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1998, 12ª edição.

34 SLENES, Robert Wayne Andrew. ***Na senzala uma flor: esperança e recordações da família escrava [Brasil Sudeste, Século XIX]***. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

CASTRO, Celso. ***Pesquisando em arquivos***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

COSTA, Francisca Raquel da. ***Cotidiano, resistência e punição de escravos no Piauí na segunda metade do século XIX***. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

CHAVES, Monsenhor. ***Obras Completas***. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.



DEMETRIO, Denise Vieira. **Famílias escravas no Recôncavo da Guanabara: Séculos XVII e XVIII**. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

FALCI, Miridan Brito Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX. Teresina**: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

_____. **Escravos do sertão: demografia, trabalho e relações sociais**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

FREITAS, Clodoaldo. **Histórias de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

KARASCH, Mary C. **Slave life in Rio de Janeiro 1808- 1850**. Tese de doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin, 1872.

KJERFVE, T.M.G.N; BRUGGER, S.M.J. **Compadrio: relação social a libertação espiritual em sociedades escravistas** (Campos 1754-1766). Estudos Afro-Asiáticos, 20 jun., 1991, p. 234.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço Forte: trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí (1822-1871)**. Passo Fundo: UPF, 2005.

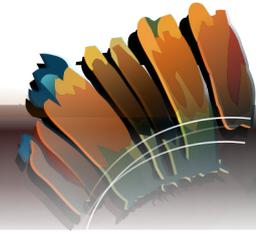
LOTT, Mirian Moura. **Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839**. Depto de História, FAFICH/UFMG, 2004. Mimeo.

_____. **Fontes paroquiais, suas permanências e mudanças: século XIX**. Comunicação apresentada no II Simpósio Internacional sobre Religiões, Religiosidades e Culturas. Organizado pela Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS. 2006.

_____. **Casamentos a partir dos mapas de 1839: uma análise social. O texto apresentado é parte de sua dissertação: Casamento e família nas Minas Gerais: Vila Rica – 1804-1839**. [Dissertação de Mestrado História]. Universidade Federal de Minas Gerais: Belo Horizonte, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Os registros paroquiais e a História do Brasil. Várias Histórias**, nº 31, janeiro 2004.

_____. **Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil**. In: Anais de História, Assis, 1983, n.2.



M.L. Marcílio. **Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil**. In: Anais de História, Assis, 1983, n.2, p.83.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

NADER, Maria Beatriz. **Casamento no Brasil: do século XVI ao XIX. O Olhar da historiografia**. Disponível em: www.angelfire.com/planet/anphues/beatriz4.htm. Acesso em: 15 de novembro de 2011.

PESSOA, Jáder Lúcio de Lima. **Registro Civil de Nascimento: direito fundamental e pressuposto para o exercício da cidadania. Brasil, 1988-2006**. Dissertação [Mestrado em Direito]. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.

POLLACK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

_____. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, Mairton Celestino da. **Batuque na rua dos negros: cultura e polícia na Teresina da segunda metade do século XIX**. 2008. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

SLENES, Robert Wayne Andrew. **Na senzala uma flor: esperança e recordações da família escrava [Brasil Sudeste, Século XIX]**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VIDE, D. Sebastião Monteiro da. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Edições do Senado Vol. 79. Brasília. Editora do Senado Federal, 2007.

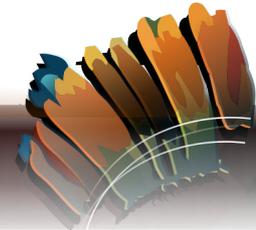
SOUSA, Talyta Marjorie Lira. **Os outros dias: os negros libertos em Teresina [1871-1888]**. Trabalho de Conclusão de Curso. 2009. Monografia [Graduação em História]. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2009.

_____. **Filhos do sol do Equador: as vivências e experiências cotidianas de trabalhadores negros na sociedade teresinense no final do século XIX. 2012**. Dissertação [Mestrado em História]. Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

FONTES

Arquivo da Paróquia Nossa Senhora do Amparo.

a) Livro de registro casamento 1863 –1888.



INTEGRAÇÃO REGIONAL, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE: IMPACTOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DA IIRSA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

*Adrilane Batista de Oliveira*⁴⁰

*George Henrique de Moura Cunha*⁴¹

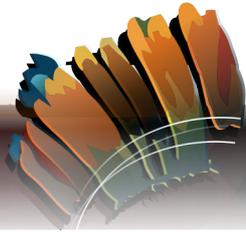
RESUMO

A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) é um grande projeto de Integração Regional que tem como fim a promoção do desenvolvimento do continente sul americano. Contudo, esse desenvolvimento é embasado em uma lógica de progresso de escala valorativa e evolucionista que supervaloriza o crescimento econômico e desconsidera a complexidade inerente à demais variáveis. Desta maneira, o presente artigo pretende apresentar como alguns dos grandes projetos da IIRSA podem impactar sobre a Política Brasileira de Conservação para a Amazônia.

Palavras Chave: IIRSA, Desenvolvimento, Conservação, Amazônia.

40 Doutoranda em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional - PPG- DSC/CEAM - Universidade de Brasília, Brasil - e-mail: adrilane@gmail.com

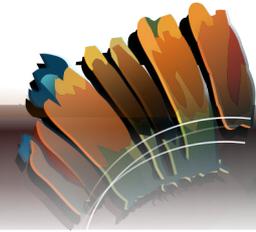
41 Doutor em Economia - Professor da Universidade Católica de Brasília - UCB, Brasil - e-mail: george@ucb.br



ABSTRACT

The Initiative for the Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) is a big project for Regional Integration which aims at promoting the development of South American continent. However, this development is grounded in a logic of progress in a evaluative and evolutionist scale that overemphasizes economic growth and ignores the complexity of other variables. Thus, this paper aims to present how some projects of IIRSA may Impact on the Brazilian conservation policy for the Amazon.

Keywords: IIRSA, Development, Conservation, Amazon



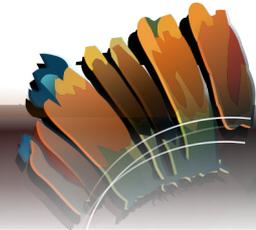
CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE O FUNCIONAMENTO DA IIRSA

A IIRSA teve seu início em 2000 na Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília. A iniciativa tem como objetivo a integração física do continente e para isso conta com projetos na área de logística, de energia e de telecomunicações, sendo maior a ênfase dada aos dois primeiros setores. A importância do setor de transportes é o esforço para barateamento dos custos logísticos agregados à produção de produtos primários (destaque para soja e milho). Com relação ao setor energético, o objetivo é a formação de mercados regionais e avançar para um sistema integrado de livre mercado. Já os projetos relacionados a telecomunicações em andamento possuem localização territorial específica. O macro objetivo da IIRSA é o aumento gradativo do comércio internacional embasado na redução de custos com transportes, encurtamento de distâncias e equalização de regras de importação e exportação no continente sul-americano. (IIRSA, 2010)

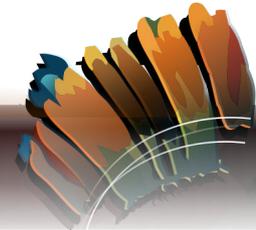
O desenvolvimento das ações da IIRSA de fato só se deu a partir do ano de 2004, após a Cúpula de presidentes realizada em Cuzco, e com a definição de uma Agenda de Implementação Consensual (AIC) para o período de 2005-2010. Da carteira de 335 projetos, foram selecionados 31 com alta prioridade para agenda de implementação. Neste processo, os projetos devem passar separadamente pelos procedimentos internos habituais de aprovação de cada financiador, muito embora os governos pressionem por um tratamento preferencial aos projetos da IIRSA. Tal tratamento provavelmente significaria menor rigidez nas salvaguardas exigidas e conseqüentemente maior impacto. (IIRSA, 2010)

A Iniciativa é composta por 10 Eixos de Integração e Desenvolvimento ⁴²definidos conforme os fluxos atuais e potenciais de concentração econômica. Está sendo coordenada pelos 12 governos sul-americanos com o apoio técnico e financeiro de três bancos multilaterais: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA). Também estão envolvidos no financiamento de projetos de integração o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o grupo Banco Mundial, por meio da International Financial Corporation (IFC), além do setor privado. Este, através das empresas multinacionais, será o grande beneficiado na implantação desses projetos. (IIRSA, 2010)

42 Os 10 eixos são: Andino, Andino do Sul, de Capricórnio, do Amazonas, do Escudo das Guianas, do Sul, da Hidrovia Paraguai-Paraná, Interoceânico Central, Mercosul-Chile, e Peru-Brasil-Chile.



A estratégia para desenho da IIRSA tem sido também deixar que sua rede surja das propostas apresentadas pelos países, ao invés de impô-la de cima. Há, entretanto, uma visão estratégica maior e articulada da integração regional que parte do pressuposto de que existem obstáculos naturais a ser dominados, como a Amazônia, o Pantanal, a Cordilheira dos Andes. Sendo assim, o estudo dos projetos da IIRSA que abrangem o Brasil, assim como os projetos brasileiros que possuem ligação com iniciativas de integração nacional/continental, constitui ponto de inflexão para a conservação ambiental no país. As seguintes obras já foram iniciadas no Brasil: duplicação da BR-101 entre Palhoça (SC) e Osório (RS) – conhecida como a “rodovia do Mercosul” e a ponte sobre o rio Itacutú, ligando Roraima a Guiana. A ponte sobre o rio Acre, interligada com trecho no Peru para dar vazão à produção brasileira pelo Pacífico, já foi concluída. (IIRSA, 2010)



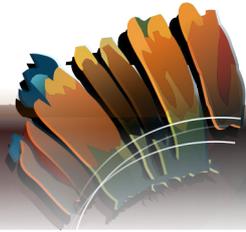
EIXOS DE INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO QUE ABRANGEM O BRASIL⁴³

Nesta sub-seção são destacados os sete eixos que abrangem projetos sobre o território brasileiro, assim como seus objetivos econômicos e os principais biomas ameaçados.

EIXO	OBJETIVO ECONÔMICO	AMEAÇA AMBIENTAL
Capricórnio	Melhoria da malha rodoviária e ferroviária, apesar da infra-estrutura já bem consolidada. Interconexão com a Hidrovia Paraná-Paraguai.	Pantanal, Cerrado e mata Atlântica
Amazonas	Pavimentação de rodovias para permitir acesso da soja brasileira ao continente e a novas formas de escoamento, mormente via possível corredor bioceânico com melhoria da malha rodoviária e hidroviária.	Amazônia
Escudo das Guianas	Utilização de recursos naturais (minério de ferro, bauxita, ouro e recursos florestais) e aproveitamento do potencial hidroelétrico.	Amazônia
Hidrovia Paraguai-Paraná	Permitir navegação de comboios de até 20 barcaças durante todos os dias do ano, 24 horas por dia, com vistas a reduzir o custo do transporte para exportação de grãos e minérios. O projeto passa por obras de drenagem, derrocamento e sinalização para a implantação de um canal de navegação partindo de Corumbá até Santa Fé (Argentina).	Pantanal e Cerrado
Interoceânico Central	Desenvolvimento de infraestrutura para o transporte de gás natural e articulação dos pólos industriais de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo com Mato Grosso do Sul, Mato Grosso (Brasil), a região petroleira e de soja (Bolívia) e o oceano Atlântico. Para isso, as principais conexões rodoviárias a concluir são: Santa Cruz-Puerto Suárez (Bolívia); Santa Cruz-Cochabamba (Bolívia); Toledo e Pisi-ga (Bolívia), esta última para facilitar o acesso ao porto de Iquique (Chile).	Pantanal, Cerrado e Mata Atlântica
Mercosul- Chile	Melhorar a malha rodoviária existente e facilitar o transporte fluvial nos rios Paraguai e Uruguai, além de conectar a malha energética dos países abrangidos pelo eixo.	Mata Atlântica
Peru-Brasil- Chile	Construção de hidroelétricas e redes de transmissão e de redes rodoviárias e fluviais que proporcionem escoamento de produtos amazônicos e minerais via oceano Pacífico.	Amazônia

Fonte: IIRSA (www.iirsa.org).

43 As informações sobre cada um dos eixos foram retiradas das páginas: http://www.pucp.edu.pe/invest/iee/iee/actividades/activ2003/seminsub/ponencias/Lunes%2029/1_iirsa.pdf e <http://www.iirsa.org>



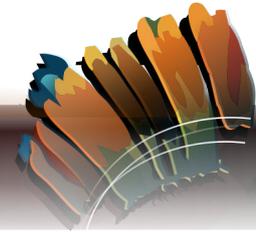
FONTES DE FINANCIAMENTO PARA OS PROJETOS

Com a integração física do continente sul-americano, estima-se que haja grandes benefícios econômicos dentre os quais se destaca o crescimento do comércio intra regional. Diante do quadro de perspectiva de prosperidade econômica, a IIRSA assume um discurso que preconiza uma forte intervenção do Estado brasileiro e por isso deveria contar com uma contrapartida de colaboração, de grande parte dos países membros.

O grande problema desta “lógica” é que o modelo de integração regional vislumbrado pela IIRSA é demasiadamente embasado no Programa de Integração Europeu, o “*Trans-European Network- TEN*” que lidava em grande parte com economias de escala, diferente da América do Sul, onde se observa economias ainda em desenvolvimento e com estruturas econômicas extremamente heterogêneas. Com diferenças econômicas tão grandes entre as regiões, a implementação deste modelo de integração física encontra algumas dificuldades. As dificuldades derivam em grande parte das disparidades entre os países da América do Sul, pois de enquanto alguns países possuem economias relativamente grandes, por outro lado há também países que possuem economias pequenas e desestruturadas. (GOMEZ-IBANEZ & STRONG, 2003)

Com economias tão distintas entre si pode ser que a integração venha a favorecer o crescimento de alguns países em detrimento de outros. Isso porque sem as barreiras de comércio, os países com uma economia mais forte poderiam adentrar ao mercado dos países de economia menor com produtos bastante competitivos e ao invés de promover o desenvolvimento poderiam vir a causar danos.

Com visões tão diferentes acerca da IIRSA, é natural que os grandes incentivadores desta iniciativa sejam os países com economias maiores e seus bancos de desenvolvimento, uma vez que esses serão os principais beneficiados com um maior incremento no comércio intra-regional. Além dos bancos de desenvolvimento locais é necessária também a presença de Bancos Multilaterais e a iniciativa privada para o financiamento do processo de integração.



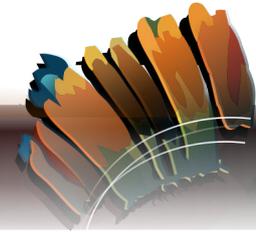
POSIÇÃO DO GOVERNO BRASILEIRO FACE À IIRSA

A integração com os países da América do Sul é uma das prioridades da política externa brasileira e como tal influenciou muitas decisões de política interna do país. Além dos evidentes ganhos com comércio exterior que seriam conquistados com a integração física do continente, a IIRSA vem angariando cada vez mais atenção do governo brasileiro também por questões ideológicas pois é vista por muitos como materialização da integração regional tendo o Brasil como líder. É interessante que se ressalte que apesar do aprofundamento das negociações da IIRSA terem se dado durante o governo vigente, elas tiveram enraizamento no governo anterior, portanto, esta não vem a ser uma inovação em termos de direcionamento de política e sim uma continuação de ações de governos anteriores, e há uma tendência de que esta política tenha prosseguimento.

O Brasil tem se destacado como o principal articulador deste processo e o grande promotor das negociações em andamento dado o peso da sua economia. A Amazônia brasileira, por fazer fronteira com oito países sul-americanos, tem merecido grandes destaques para a definição dos eixos estratégicos presentes na IIRSA. A retomada dos investimentos para a implementação de grandes projetos de infraestrutura na região é clara demonstração da importância que esta possui no processo de integração regional. Algumas ações só vêm a confirmar esse esforço, como, por exemplo, o estabelecimento de um acordo firmado com o Peru que disponibiliza o acesso deste país às informações produzidas pelo Sistema de Proteção e de Vigilância da Amazônia – SIVAM. (BECKER, 2004)

Uma das estratégias do Brasil para consolidar a integração tem sido o firmamento de acordos econômicos e de cooperação bilaterais com os países. Outra iniciativa tem sido a de ocupar posições estratégicas no interior de instituições relevantes como o BID. Recentemente, o BID criou a Coordenação Especial para o Programa de Integração Física Sul-Americana, voltada especificamente para o financiamento de projetos de infra-estrutura na região afetada pelo IIRSA, e o chefe dessa divisão é Mauro Marcondes Rodrigues, oriundo do BNDES.

Outra estratégia adotada pelo Brasil para a consolidação do IIRSA é a de ampliação da participação da iniciativa privada para as atividades que hoje são realizadas unicamente – ou em grande parte – pelos Estados Nacionais.



PROJETOS DE INFRAESTRUTURA QUE AMEAÇAM A CONSERVAÇÃO: ESTUDO DE CASOS

Muitos dos programas de infraestrutura que o governo brasileiro tem planejado para a região norte e centro-oeste do país vem ao encontro dos demais projetos estabelecidos pela IIRSA. O objetivo de grande parte deles é o escoamento de grãos, em especial da soja. A junção dos projetos públicos

brasileiros com os idealizados pela IIRSA possibilitarão a abertura logística para o oceano pacífico. Isso acarretará na diminuição de custos e conseqüentemente numa maior circulação de veículos.

Por possuírem em suas estruturas promessas de desenvolvimento econômico regional, as rodovias a serem construídas no norte brasileiro angariam forte simpatia popular e por isso frequentemente são usadas como lobby político.

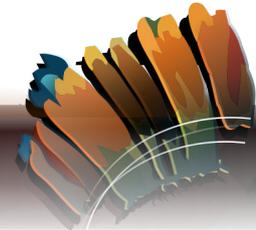
RODOVIAS NA AMAZÔNIA

A construção de rodovias no norte do Brasil costuma ter como objetivos centrais o aumento da população e integração logística da região com o restante do país para garantir o escoamento de produtos a preços mais baixos. Alinhados aos projetos de asfaltamento estão programas de cunho desenvolvimentista (a grande maioria de apoio a plantação de grãos) e por conta disso as estradas acabam sendo o grande lobby político dos governantes locais.

Sustentadas por políticas de apoio à migração e a agropecuária, as rodovias na Amazônia estimulam a geração de um processo de degradação ambiental: facilitam a ação dos madeireiros ilegais, dos grileiros de terras e dos garimpeiros, ensejando queimadas e práticas agrícolas primitivas. Esse modelo de desenvolvimento também contribui para a formação do quadro de aglomeração de pessoas nos grandes centros.

BR 163

O programa de construção da BR-163 além de ser um empreendimento de infraestrutura, é também um plano de desenvolvimento regional da Amazônia, não obstante, é um dos programas integrados ao programa Amazônia Sustentável. A BR-163 trecho Divisa MT/PA – Santarém teve seu início em 1991 e tem seu término previsto para o ano de 2015. É composta por 71 municípios, sendo 28 no estado do Pará, 37 no do Mato Grosso e 06 no do Amazonas, perfazendo um total de 1.232 mil km. Encontra-se nessa região as bacias do Rio Amazonas, do



Tapajós – Teles Pires e do Xingu-Iriri e do Jatapu, Trombetas, Paru, Jarí e Foz do Amazonas. A área de influência da BR é delimitada por três grandes mesorregiões: (i) Mesorregião Norte⁴⁴, (ii) Mesorregião Central⁴⁵, (iii) Mesorregião Sul⁴⁶. Quanto a sustentabilidade ambiental alinhada ao desenvolvimento das cidades, ela parece ser inviável, pois caso o projeto realmente fosse feito conforme o planejado, seriam desmatados de 120 a 270 mil quilômetros quadrados de selva, levando à emissão de bilhões de toneladas de carbono. (BRASIL, 2006)

BR 230

A BR 230 teve início em 1972, entretanto, suas obras continuam vigentes. A área do projeto é composta por 16 cidades e 134 comunidades com uma taxa de urbanização da região muito baixa (menos de 40%). Calcula-se que a área total desmatada, na área de abrangência do Projeto tenha saltado de 12 milhões de hectares para 42,6 milhões entre 1974 e 1991. No início do século XXI, a área total desmatada já ultrapassou 60 milhões de hectares, concentrados no norte do Mato Grosso, às margens da BR-230, entre os Municípios de Altamira e Rurópolis, nos arredores de Santarém, nas proximidades da cidade de São Félix do Xingu e na margem esquerda do Rio Amazonas. (BRASIL, 2006)

A forma como o governo incentivou a ocupação e o desenvolvimento agrícola no norte colaborou bastante para os poucos avanços obtidos, pois favoreceu para a formação de um quadro fundiário onde se observa a prevalência de latifúndios por toda a região (no Pará os imóveis acima de 1500 hectares são 7% do total, contudo ocupam uma área de 50, 5% da área total).

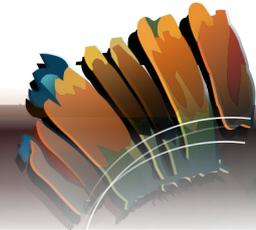
BR 153

Na BR 153 o trecho que fica inserido no corredor Sul da Amazônia vai de Marabá até São Geraldo do Araguaia, a estrada encontra-se em leito natural e a única providência ainda necessária para a conclusão da obra é o asfaltamento, não aparenta poder causar maiores efeitos de devastação, entretanto, é importante alertar que está é uma obra estratégica, pois é uma importante ponte de conexão do sul da Amazônia com o Centro-Oeste do Brasil e possibilita um maior barateamento do frete da produção de soja.

44 Composta pelas subáreas da Calha do Amazonas (Santarém), do Baixo Tapajós (Itaituba) e Transamazônica Oriental (Altamira).

45 Médios Xingu e Tapajós: Composta pelas subáreas do Médio Xingu :da Terra do Meio (São Felix do Xingu), do Vale do Jamanxim (Novo Progresso) e da Transamazônica Central (Apuí).

46 Norte Mato-grossense: Compreende as seguintes áreas; Extremo Norte Mato-grossense (Alta Floresta-Guarantã do Norte) e Centro-Norte mato-grossense (Sinop-Sorriso).

**BR 158**

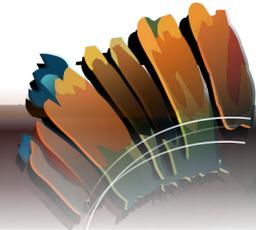
A BR 158 possui projetos de trechos a serem construídos entre os corredores Ecótonos e Sul da Amazônia. Esse trecho vai desde o município de Xinguara até o de Altamira. Apesar de esta obra parecer bastante ameaçadora para o meio ambiente, ela ainda não é o grande problema da rodovia por que não há tantos esforços políticos reunidos para a efetivação de fato da obra. A maior parte dos recursos destinados para a BR 158 se concentra no estado do Mato Grosso para pavimentação de rodovias ainda em leito natural. Há um reivindicação muito forte por parte dos donos das lavouras de soja para o término das obras, em contrapartida, observa-se freqüentes manifestações na região de influência da BR contra o uso de agrotóxicos nas plantações de soja, especialmente no município de Nova Xavantina. A associação Xavante Warã afirma que há uma crescente poluição das nascentes dos rios causadas pelas práticas adotadas pelas lavouras da região. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2007)

BR 010

Tem como objetivo a interligação da BR-010 com a BR-153 que segue para o estado do Pará, para um melhor atendimento as necessidades de escoamento agrícola dos municípios de Campo Lindo e Pedro Afonso (sede do projeto PRODECER em Tocantins). O maior problema ambiental na região de influência da BR 010 está situado na região do oeste paraense quase com divisa com o Maranhão e é referente às carvoarias ilegais. Atualmente o IBAMA já identificou mais de 4 mil hectares de área desmatada pelas carvoarias e já apreendeu mais de 2.161 metros cúbicos de carvão. Na calha do Amazonas e no eixo da Transamazônica predomina uma economia pouca dinâmica, essencialmente baseada na agricultura familiar, associada a uma população mais adensada, mas com baixo ritmo de expansão. Já na porção meridional do Pará e do Amazonas, despontam regiões de baixa densidade populacional e econômica, mas de acelerada expansão de ambas. No Mato Grosso, tem-se uma economia mais estruturada assentada no agronegócio.

BR 364

A rodovia BR 364 tem estrutura bastante danificada. Liga o Acre com Rondônia, Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Em Rondonópolis a BR 364 se unifica a BR 163, subindo até o Estado do Pará, onde finda a BR 230. Está sendo construída uma continuação da rodovia conectando o Brasil com o Peru e o Pacífico através do Acre, e caso esta seja concluída como planejada, os impactos sobre a população e biodiversidades locais seriam imprevisíveis. (RIBEIRO, VERÍSSIMO & PEREIRA, 2008)

**BR 319**

Essa rodovia foi concluída no fim dos anos de 1970, tem 900 quilômetros de extensão e 126 pontes. Deste total 450 quilômetros, compreendidos entre os municípios de Humaitá e Carreiro da Várzea, no Amazonas, encontram-se tão desgastados que se tornou necessária reconstrução desses trechos. Em 2005 esses trechos foram visitados por equipes técnicas do Ibama que atestaram a necessidade de um estudo de impacto ambiental. A obra em si compreende a restauração de 250 a 300 quilômetros de pista de Manaus até Humaitá. (BRASIL, 2006)

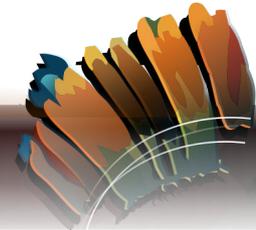
A BR 319 tem um alto lobby político devido a sua natureza desenvolvimentista e também por que esta, ao que tudo indica, poderá vir a ser um “upgrade” na logística da Zona Franca de Manaus. Desde o anúncio de revitalização da rodovia ocorrido em 2004, já se pode observar um movimento de ocupação de terras em torno da rodovia, principalmente nos municípios de Careiro, Castanho, Beruri, Manaquiri e Borba no Amazonas. Há também nas proximidades da obra o Assentamento Castanho que conta com 150 famílias que já viviam na região (mas seus 930 mil hectares de área abrigam outras 100 famílias). O assentamento que está em fase de formalização é o Tupanã Igapó- Açú, que deve englobar 100 famílias de antigos ocupantes da terra, o anúncio de sua criação ocorreu em Agosto de 2005. (BECKER, 2001)

É interessante que se frise que a grande defesa da existência da Zona Franca de Manaus – ZFM é sustentada no argumento de que esta funcionaria como exemplo de desenvolvimento sustentável na região amazônica, a partir do momento em que a ZFM passa a ser fomentadora de um modelo que foge a esses parâmetros, torna-se necessário repensar as estratégias para a região.

BR 156

O objetivo da construção da estrada é aumentar o fluxo de pessoas e mercadorias entre o Estado do Amapá e as Guianas, em especial a Guiana Francesa. Já foram construídos 183 km de trechos rodoviários na BR 156, no Trecho Ferreira Gomes- Oiapoque. A maioria dos prazos foi cumprida e este projeto não vem encontrando grandes problemas para sua conclusão. (IIRSA, 2010)

Um dos grandes problemas que a rodovia vem enfrentando é a falta de monitoramentos que indiquem dados confiáveis. Outro grande problema da rodovia é que não estão sendo feitos monitoramentos ecológicos confiáveis, isso sem contar nos problemas para obtenção de



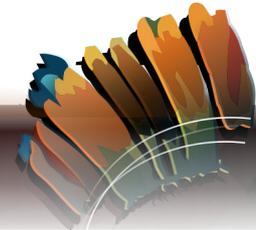
licenciamentos ecológicos e para intercessões em terras indígenas. A construção da rodovia tem sido prioridade do governo brasileiro, e o principal caráter deste projeto não tem cunho econômico, e sim estratégico de defesa, pois uma das grandes justificativas dadas para este é de que é necessário estabelecer com maior precisão a área de fronteira.

A construção da rodovia foi uma das iniciativas acertadas na Conferência de Cooperação Transfronteiriça realizada em Brasília, que contou com membros do governo brasileiro e do governo francês. Ficou acertado de que o governo brasileiro estaria responsável pela construção da estrada ligando Macapá a Oiapoque (BR-156) e que o governo francês seria responsável pela construção e pavimentação do trecho entre Regina e Saint Georges de l'Oyapock. Como obra de ligação entre os dois países está prevista a construção da Ponte sobre o rio Oiapoque, que têm natureza binacional.

IMPACTOS DOS PROJETOS SOBRE A AMAZÔNIA

Os projetos dos eixos de integração e desenvolvimento propostos pela IIRSA para a Amazônia apresentam tendências no que tange à dinâmica demográfica da região com vistas a garantir a manutenção da economia industrial em determinados conglomerados produtivos. Há considerável atração de trabalhadores para áreas ao redor das grandes metrópoles amazônicas, concentrando cada vez maior população em termos relativos. Um aspecto positivo da concentração demográfica tem sido que a migração para grandes centros urbanos alivia a pressão humana sobre a floresta amazônica e concentra a atividade econômica nas áreas urbanas. Em teoria, este fato poderia incentivar o desenvolvimento sustentável; entretanto, tal dado é relativo devido ao fato de que a população absoluta das cidades na Amazônia tem crescido continuamente, e mesmo que haja considerável migração para os centros urbanos, as cidades satélites desses centros também estão se expandindo rapidamente econômica e demograficamente.

Outra tendência tem sido a exploração de produtos madeireiros. O governo brasileiro tem incentivado essa exploração justificando que poderia servir como uma alternativa para o uso sustentável da biodiversidade em substituição das atividades industriais das Zonas Francas. No caso da Zona Franca de Manaus, sua principal configuração é a inserção de um moderno conglomerado econômico no centro de uma área essencialmente extrativista e a consolidação de um posto avançado de ocupação na fronteira norte do país. A mais importante implicação ecológica dessa iniciativa é sua baixa dependência de recursos naturais para man-



ter a produção, sendo capaz de gerar riqueza e de organizar o mercado de trabalho sem grandes destruições ao meio-ambiente e fazendo uso de transportes aéreo e fluvial para escoar a produção. (BECKER, 2004)

Analicamente, esta atitude cria meios para subestimar os custos ambientais e humanos dos investimentos e, como consequência, para reduzir a crítica internacional. Na região compreendida pelas Unidades de Conservação há grande biodiversidade, de tal maneira que ela é classificada como área de alta prioridade pelo Programa Nacional de Biodiversidade do Ministério do Meio-Ambiente⁴⁷. As espécies mais importantes incluem pássaros, plantas, répteis, anfíbios e invertebrados⁴⁸. As unidades mencionadas, ademais, se localizam próximas à importante região de transição entre biomas e estão sujeitas a forte pressão antrópica⁴⁹. Este fato torna importante a completa proteção da região e a recuperação das áreas nativas devastadas a ela pertencentes. Sem embargo, a construção de rodovias na região é séria ameaça a qualquer iniciativa de conservação. (CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL, 2007)

É evidente, pelos argumentos relativos às rodovias, que a infraestrutura de transportes causou impacto negativo sobre o meio-ambiente, proporcionando acesso a áreas remotas da floresta e permitindo aos negócios madeireiros e agrícolas avançarem para dentro da selva. Como forma de garantir que o transporte das produções nos dois projetos, é importante que o governo brasileiro faça uso dos projetos SIVAM⁵⁰ e SIPAM⁵¹ para avaliar corretamente o impacto ambiental com vistas a minimizá-lo

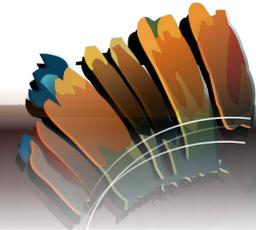
47 PRONABIO (Programa Nacional de Diversidade Biológica). Check: <http://www.mma.gov.br/pronabio>.

48 Conservation International/Instituto Socioambiental/Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia/Grupo de Trabalho da Amazônia/Instituto Sociedade, População e Natureza/Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. Biodiversidade na Amazônia Brasileira. São Paulo: Editora Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2001, p. 412-16.

49 Brazil. Ministério do Meio Ambiente. Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira. Brasília: MMA, SBF, 2001.

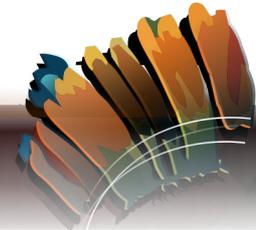
50 Amazon Surveillance System (*Sistema de Vigilância da Amazônia*). This project, already implemented, encompasses a group of surveillance activities to protect the Legal Amazon. For more information, check www.sivam.gov.br.

51 Amazon Protection System (*Sistema de Proteção da Amazônia*). This project undertakes researches and planning activities in the area of the Legal Amazon in order to facilitate the implementation of economic and social measures in tune with sustainable development requirements. For more information, check www.sipam.gov.br.



CONCLUSÕES

Em suma, apesar da importância econômica na consideração da implementação de tamanho projeto, as preocupações ambientais têm sido sobrepostas e subestimadas. A não ser que sejam levadas em consideração condições ambientais efetivas para implementar o projeto e estudos sobre o impacto ambiental sejam realizados, ele representará séria ameaça à sobrevivência da área de biodiversidade do continente sul-americano no futuro.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Becker, B. *Revisão das Políticas de Ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? Modelos e Cenários para a Amazônia. Parcerias Estratégicas*, n. 12, Setembro 2001. Available at: http://w3.ufsm.br/mundogeo/geopolitica/arquivos/becker_amazonia.pdf.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia Brasileira*. Brasília: MMA, SBF, 2001.

BRASIL. *Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR - 163 (Cuiabá - Santarém)*. Brasília: Presidência da República. 2006.

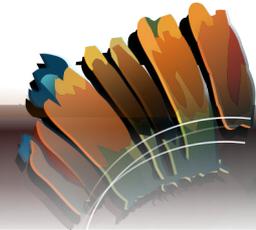
BRASIL. *Avaliação e Planejamento Integrado no Contexto do Plano BR -163 Sustentável*. Brasília, 2006.

CONSERVAÇÃO INTERNACIONAL. *Biodiversidade na Amazônia Brasileira*. São Paulo: Editora Estação Liberdade, Instituto Socioambiental, 2007, p. 412-16.

FEARNSIDE, P.M. Carga Pesada: o custo ambiental de asfaltar um corredor de soja na Amazônia in M. Torres (org.) *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR163*, CNPq (2005)

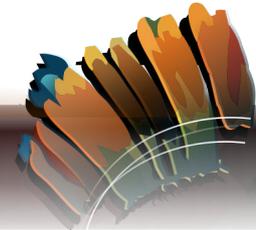
GOMEZ-IBANEZ Jose Antonio & STRONG S. John *The Evaluation of Infrastructure Projects for Regional Integration* April 2003. PRONABIO (Programa Nacional de Diversidade Biológica). Check: <http://www.mma.gov.br/pronabio>.

SMERALDI, R. (2006) *Análise dos Condicionantes Prévios para Licenciamento das Grandes Obras de Infra-estrutura na Amazônia de acordo com as Políticas Atuais do Governo Brasileiro*. Porto Velho: Amigos da Terra – Amazônia Brasileira, 5 de maio, 2006. Available at: <http://www.riomadeiravivo.org/debate/docapresentados/0505apresentado-lic-Adriana%20Ramos.pdf>.



OLIVEIRA, Hudson Corrêa Eduardo de. **Quatro projetos ameaçam planície do Pantanal**. In: Folha de São Paulo. São Paulo: 20 de novembro de 2009. Available at: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u11551.shtml>.

RIBEIRO, B.; VERÍSSIMO, A. & PEREIRA, K. (2005) **O Avanço do Desmatamento sobre as Áreas Protegidas em Rondônia**. In: O Estado da Amazônia, nº 6. Belém: Imazon, 2008, p.4. Available at: <http://www.imazon.org.br/publicacoes/publicacao.asp?id=387>.



RÁDIO DIFUSORA ACREANA: DISCURSO OFICIAL E DISCURSO DE RESISTÊNCIA ENTRE OS ANOS 1971 E 1981

*Jefferson Henrique Cidreira*⁵²

*Francisco Bento da Silva*⁵³

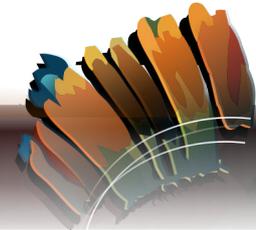
RESUMO

Neste artigo, pretendemos fazer um estudo em torno da Rádio Difusora Acreana (RDA) no Estado do Acre; precisamente na Rádio como um aparelho difusor de ideologias, de discursos carregados de interesse e de poder. Foi através dos discursos proferidos pelos meios de comunicação, em destaque a RDA que, foi usada durante anos para a veiculação dos discursos dos governantes acreanos e, por conseguinte, discursos de resistência que iam contra os interesses do governo. Para tal estudo, utilizaremos como aporte teórico/metodológico as pesquisas sobre o rádio de Lia Calabre, Francisco de Moura Pinheiro; os pressupostos da História Oral de Alessandro Portelli e Montenegro; além de alguns pilares da Análise do Discurso francesa, como Michel Foucault e Mikhail Bakhtin; e entrevistas e depoimentos de funcionários da RDA. As fontes teóricas/metodológicas e orais acima citadas nos permitirão fazermos um estudo conciso sobre este meio de comunicação de massa no Acre, possibilitando evidenciarmos o uso da rádio como meio disseminador da ideologia dominante e, como a rádio passa a veicular discursos de resistência as oligarquias e governantes acreanos.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso oficial, Rádio Difusora Acreana, Rádio, Discursos de resistência, Acre.

52 Professor do quadro efetivo da Secretaria de Educação do Estado do Acre; Gestor na Escola Municipal Boa União; formado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Acre; acadêmico do curso de Letras/ Inglês pela referida Universidade; Pós-Graduado em Planejamento e Gestão pela Universidade de Várzea Grande do Rio de Janeiro e Mestre em Letras na linha de Pesquisa: Cultura e Sociedade pela UFAC.

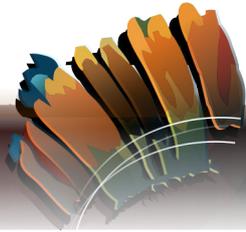
53 Professor Doutor permanente do Departamento de História e do Mestrado em Letras da Universidade Federal do Acre – UFAC.



ABSTRACT

In this article, we intend to make a study about the Rádio Difusora Acreana (RDA) in the State of the Acre; precisely on the radio as diffusing ideologies device, loaded with discourses of interest and of power. Was through the discourses speaks for the means of communication, highlight on the radio that, was used for years for the propagation of the discourses from the Acre rulers and, so, resistance discourses that went against the interests of the government. For such study, we will use as main theoretical/methodological the research about the radio from Lia Calabre, Francisco de Moura Pinheiro; the presuppositions of the Oral History from Alessandro Portelli and Montenegro; apart from some pillars of the Analysis of the French Discourses (AD) as Michel Foucault and Mikhail Bakhtin; interviews and depositions of employees of the Radio. The theoretical/methodological and oral sources will allow us to make a concise study about this mean of mass communication in Acre, making it possible for evidence the use of the radio as disseminating middle of dominant ideology and as the radio starts vehicle resistance discourses to the Acre oligarchies and rulers.

KEYWORDS: Official discourse, Rádio Difusora Acreana, Radio, Resistance discourses, Acre.



INTRODUÇÃO

Destacaremos aqui como objeto de estudo ou como objeto desta análise os discursos políticos proferidos, nos meios de comunicação, pelo governador Francisco Wanderley Dantas, que governou o Estado do Acre de março de 1971 a março de 1975. Como tais discursos vinham para legitimar o novo projeto político imposto ao Estado: a pecuarização.

Teremos como fio condutor para a análise alguns pilares da Análise do Discurso (AD), como Mikhail Bakhtin, Louis Althusser e Michel Foucault, além de outros teóricos de mesma importância, que permitirão elucidar os discursos que permeavam o cenário da cidade de Rio Branco, enfim, do Acre. Vale destacar o papel dos teóricos aqui referidos. Bakhtin, Althusser e Foucault nos foram apresentados como teóricos relevantes para a Análise do Discurso, não obstante tratarem as relações de poder que envolvem a sociedade, cada um à sua maneira.

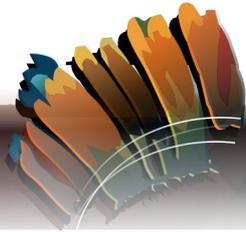
De Mikhail Bakhtin trouxemos a contribuição dos aspectos ideológicos que move o contexto social e histórico de uma realidade específica. Conforme o teórico,

[...] A forma linguística sempre se apresenta aos locutores no contexto de enunciações precisas, o que implica sempre um contexto ideológico preciso. Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades omitidas, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida (BAKHTIN, 1995, p. 95).

Por sua vez, Michel Foucault em *Microfísica do Poder* (1979) trata das relações de poder num âmbito social mais estreito, destacando as funções do “olho do poder” em algumas Instituições do Estado como os hospitais, a medicina, o papel dos intelectuais na sociedade e as relações entre verdade e poder.

Antes, vale à pena revisitarmos os conceitos de ideologia e de hegemonia para compreendermos a ótica dos discursos trabalhados nesta dissertação. Segundo Chauí (2006), a ideologia é:

Um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (idéias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e como devem pensar; o que devem valorizar e como devem valorizar; o que devem sentir e como devem sentir; o que devem fazer e como devem fazer (CHAUÍ, 2006, p. 109).



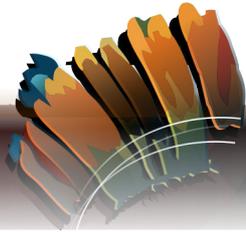
Para Chauí (2006), tal definição remonta a um outro significado importante para que esses desejos de controle e de dominação sejam bem sucedidos e inquestionáveis, ou seja, para que a ideologia da classe dominante seja assegurada perante as demais classes sociais: a hegemonia.

Marilena Chauí traz a hegemonia como sendo a interiorização da ideologia dominante [seus ideais, valores e interesses] e sua aceitação passiva na consciência das demais pessoas e as classes sociais às quais pertencem. Segundo ela, revisitando as ideias de Gramsci, hegemonia passa a ser definida como “um conjunto de idéias e de valores concatenados e coerentes, aceitos por todos os que são contrários à dominação existente e que imaginam uma nova sociedade, que realize essas ideias e valores” (CHAUÍ, 2006, p. 97).

Dessa forma, segundo Chauí (2006), a classe não dominante passaria a aceitar passivamente as ideias, os interesses e valores da classe no poder, com a ilusão de que a ideologia dominante [a da classe no poder] vem cuidar e representar os interesses das demais classes de uma sociedade.

Voltando ao tema principal, trazemos Bakhtin, que em sua teoria coloca a língua como sendo um signo social, ou seja, o signo é inseparável de um contexto sócio-histórico e ideológico, e, logo, influenciado por eles. Para Bakhtin, de acordo com Marina Yaguello em sua introdução da obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, “a palavra é o signo ideológico por excelência” (BAKHTIN, 1995, p. 16), ou seja, Bakhtin, em sua teoria, traz a língua como sendo um produto social, ou sendo mais preciso, o signo (palavra) como social e ideológico, como podemos ver aqui: “tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo, [...], tudo que é ideológico é signo. Sem signos não existe ideologia” (BAKHTIN, 1993, p.31). Observamos que a palavra, na acepção bakhtiniana, “se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória” (BAKHTIN, 1995, p.66).

A assertiva bakhtiniana destaca o processo de interação determinante nos discursos elaborados durante o governo Dantas. Portanto, após a elucidação de alguns pressupostos e conceitos-chaves, que nos permitirão uma maior clareza, ou melhor, nos nortearão ao caminho que queremos chegar, encontraremos aqui, nessas anunciações, discursos carregados de “signos ideológicos” inseridos no contexto histórico da sociedade acreana entre os anos 1971 e 1981. E o uso destes para influenciar e, como estes também foram influenciados em determinado instante.



DISCURSO OFICIAL VERSUS DISCURSO DE RESISTÊNCIA ENTRE OS ANOS 1971 E 1981

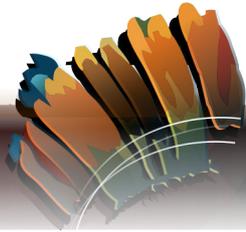
De 1971 a 1975, foi o período do mandato do governador Francisco Wanderley Dantas, que fora nomeado pelo então presidente Garrastazu Médici e pertencia ao partido político ARENA (Aliança Renovadora Nacional), partido este de apoio à ditadura militar, já que havia nessa época apenas dois partidos, a ARENA e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Segundo Souza (1998), nessa época a ditadura militar estabelece um novo “projeto” para o desenvolvimento da Amazônia, gerando uma política de integração à Amazônia, sob os *slogans* “de integrar para não entregar” e “levar homens sem terra para uma terra sem homens”, criando um conjunto de programas políticos destinados a atrair grandes empresários da região centro-sul, como o próprio autor afirma:

Em agosto de 1971, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) elaborou um Plano de Desenvolvimento da Amazônia, sendo o primeiro a ser executado entre os anos de 1972 a 1974. Os seus objetivos principais eram: promover o progresso de novas áreas e a ocupação de áreas vazias. O primeiro plano preferiu implantar na Amazônia grandes fazendas de gado em favor dos ricos empresários [...] (SOUZA, 1998, p. 201).

Ainda segundo o pressuposto de Souza (1998), Dantas adotou como estratégia econômica a pecuarização do Estado, com seu ideal de modernizar o Acre, trazer o “progresso” ao Estado. E essa já dava seus “sinais” de presságio em nossa região, pois o jornal *O Rio Branco* já “anunciava” esses “sinais”, que, no entanto, poderão ser interpretadas de acordo com outras visões:

Industriais paulistas viajarão para Rio Branco nos primeiros dias de janeiro com o objetivo de verificar as potencialidades econômicas no Acre. A iniciativa é o resultado de recente visita que o governador acreano, Sr. Wanderley Dantas, fez a São Paulo. Quatro grupos empresariais já acertaram a viagem, que está sendo coordenada pelo assessor especial do governo do Acre em São Paulo, economista Isaac Emídio Santos. Entre os grupos que integrarão a caravana está o Banco Brasileiro de Desconto- BRADESCO que vai instalar em Rio Branco uma agência bancária e uma escola com capacidade para 500 alunos. Vai também estudar a possibilidade de execução de um projeto agropecuário [...] Para o economista Isaac Emídio a viagem dos empresários representa um passo decisivo para o desenvolvimento do Acre (que em 1972 comemora



10 anos de sua elevação a Estado) e procura concentrar esforços para captação de recursos da região centro e sul do país. O ano de 1972 - afirma Isaac Emídio - será importante para a “conquista da independência econômica do Acre, que deseja libertar-se de uma economia baseada essencialmente no extrativismo⁵⁴.

Não dá para deixar de notar que o discurso acima referido é oriundo de um grupo de poder que, de certa forma, deu sustentação às oligarquias que se firmavam no Estado, formados, basicamente, por pecuaristas, latifundiários e demais grupos poderosos da sociedade acreana.

Essa pecuarização, na acepção de Souza (1998), era desejo do governador Wanderley Dantas, que começa a receber incentivos fiscais do governo federal e também do governo Estadual. Assim Dantas abria as “portas” do Acre aos empresários do centro-sul, que compraram terras mais baratas dos seringalistas falidos. Dantas utilizava-se do dinheiro do próprio Estado, tirando-o do BANACRE (Banco do Estado do Acre) para financiar e atrair os grandes empresários. Como afirma Souza:

[...] Dantas oferecia aos empresários os seus incentivos estaduais, utilizando-se do dinheiro do BANACRE para financiar a criação de gado, colocando à disposição dos fazendeiros os serviços de setores do governo estadual para a elaboração de projetos agropecuários (SOUZA, 1998, p. 203).

Na visão de Souza (1998), Wanderley Dantas com esse novo elemento econômico prometia “progresso” ao povo acreano, com seus slogans de: “*Novo Acre agora a independência econômica*”. Ou ainda como descreveu Marcílio Ribeiro Santana:

Acre, a nova Canãã.
Um Nordeste sem seca, Um Sul sem geadas,
Invista no Acre e exporte pelo Pacífico (SANTANA, 1988, p. 150).

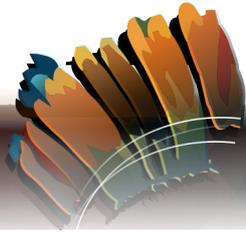
Vale ressaltar, que o *slogan “Acre a nova Canãã”* fazia parte de uma campanha publicitária ampla que circulou em todos os jornais do Brasil, segundo o professor Gerson Rodrigues de Albuquerque, reapropriada e utilizada por alguns autores só para sacanear o Dantas⁵⁵.

Segundo Souza (1998), houve o uso das mídias para o discurso atrativo e ideológico de Dantas tendo como público alvo os grandes pecuaristas. Segundo ele:

Wanderley Dantas fez enorme propaganda, em rádio e televisão, dentro e fora do Estado do Acre para atrair os fazendeiros. „Pro-

54 Jornal O Rio Branco, 15 de janeiro de 1972, nº 452, p. 3.

55 Apontamento feito pelo professor Dr. Gerson Rodrigues de Albuquerque por ocasião da defesa desta dissertação, no dia 16 de agosto de 2013.



duzir no Acre, investir no Acre, exportar pelo Pacífico era o que dizia Dantas para incentivar os empresários a aplicar dinheiro na região acreana (SOUZA, 1998, p. 201).

Entretanto, vale ressaltarmos que a propaganda realizada pelo governo Dantas foi além da afirmativa de Souza (1998) acima citada, pois não atraiu somente os grandes empresários, mas também, pessoas de classes sociais mais baixas que visavam melhores condições de vida e de enriquecimento fácil, o que não observamos nos dizeres de Souza. Assim como podemos notar na fala de um migrante paranaense que foi atraído pela propaganda do governo Dantas. Segundo ele, era muito comum se falar desse modo no Paraná àqueles que estavam decididos a vir ao Acre: “vamos ensinar o que eles sabem e tomar o que eles têm”⁵⁶. Essa frase era muito comentada por essas pessoas atraídas pelas propagandas do governo Dantas.

Desta maneira, torna-se evidente o rádio como “um excelente meio de propaganda ideológica” (CALABRE, 2004, p. 18), usado como um aparelho ideológico de Estado para veicular seus discursos e interesses.

Logo, observamos tais discursos, segundo Bakhtin (1995), marcados pelas relações de dominação e resistência, de conflitos, marcados pela busca de reforçar o poder, ou ainda, conforme afirma Foucault, “por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e o poder” (FOUCAULT, 1996, p. 10).

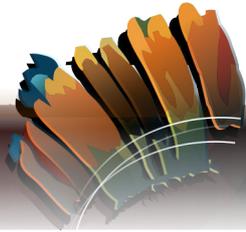
Portanto, cada vez mais se tornava evidente a utilização da rádio, especialmente a Rádio Difusora Acreana, para a circulação desses discursos carregados de interesses e desejos dos governantes acreanos. Via-se este meio de comunicação como um Aparelho Ideológico de Estado, o qual é definido claramente pelo teórico francês Louis Althusser.

Segundo ele, Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) são:

Um certo número de realidades que apresentam-se (sic) ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas [...] podemos, pelo momento, considerar como aparelhos ideológicos de Estado as seguintes instituições (a ordem de enumeração não tem nenhum significado especial): AIE religiosos (o sistemas de diferentes igrejas), AIE escolar (o sistemas de diferentes “escolas” públicas e privadas) [...] AEI de informação (a imprensa, o rádio, a televisão, etc.) [...] (ALTHUSSER, 1985, pp. 67-68).

Observamos assim a rádio como esse instrumento, um AIE, com o intuito de disseminar, tornar hegemônico o discurso de “progresso” dos

56 Depoimento do senhor Saint Clair Cidreira, migrante paranaense, Rio Branco, 2006.



governantes para a região acreana.

Segundo a Revista *Novo Acre*, o que interessava para o governo Wanderley Dantas era a “integração do Acre ao restante do território pátrio, estimulando a diversificação da economia acreana pela introdução de novas técnicas e outras atividades, e não apenas as relativas à borracha e a castanha”⁵⁷.

E esse chamamento, essa facilidade para a vinda dos investidores do centro-sul para a região acreana com a intenção de estabelecer suas atividades econômicas, determinou a dita vinda do “novo”, ou seja, com projetos e execuções de hotéis, estradas, estações rodoviárias, então, na visão do governo, o Acre ganharia com isso desenvolvimento e “progresso”. Por conseguinte, segundo Wanderley Dantas:

Diante do visível declínio de sua principal fonte de renda, a borracha, constituiu de fato, o motivo básico da permanente preocupação do governo em intensificar os programas de apoio ao setor agropecuário, consciente de sua importância determinante na construção do progresso sócio-econômico do Acre e sua consequente integração na economia nacional⁵⁸.

A Rádio Difusora Acreana (RDA), assim como em outros meios de comunicação, também era “controlada” pelo Estado; dizemos isso não por ela ser simplesmente uma Rádio estatal, mas pela censura pregada pela ditadura militar.

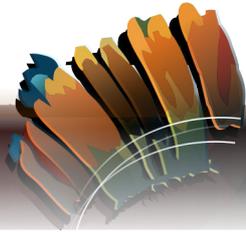
Em entrevista concedida pelo radialista José Francisco de Melo Filho, que trabalha na rádio desde outubro de 1962, popularmente conhecido como Zezinho Melo, ele é enfático ao relatar sobre a censura que os funcionários sofriam nos anos de “chumbo” da ditadura militar:

Aqui na Rádio, éramos visados pela Polícia Federal, não podia sair músicas de Caetano Veloso, aquela música „sou louco por ti América , Chico Buarque de Holanda, Gilberto Gil, Maria Betânia, aqueles cantores daquela época, todos eles foram mal vistos pela ditadura militar e se a gente rodasse, o operador não soubesse, era chamado na polícia federal e tinha que se explicar porque rodou aquela música que estava censurada⁵⁹.

57 Revista *Novo Acre*, s/d, p. 5.

58 8ª Sessão do Simpósio de História do Acre governo: Wanderley Dantas.

59 Entrevista com o radialista Zezinho Melo, Rio Branco, 23/10/2012, realizada pelo autor.



Zezinho Melo relata ainda que foi a partir desse momento que a Polícia Federal passou a enviar para a rádio uma lista contendo as canções que não podiam ser tocadas. O próprio governo estadual também censurava músicas ou práticas que fossem de encontro aos interesses do Governo Militar. A entrevista de Zezinho Melo mostra que estamos no âmbito da História Oral. De acordo com Alessandro Portelli, a essencialidade do indivíduo “é salientada pelo fato de a História Oral dizer respeito a versões do passado, ou seja, à memória. Ainda que esta seja sempre moldada de diversas formas pelo meio social” (PORTELLI, 1997, p. 16). É nesse sentido que devemos entender a entrevista de Zezinho Melo, para quem:

A partir daí a polícia militar enviou um documento à Rádio Difusora dizendo quais as músicas e cantores que não poderiam tocar aqui na Rádio Difusora Acreana. [...] O governo [Estadual] da época também, ele não deixava que tocasse esse tipo de música e ninguém falasse contra o próprio governo [...]⁶⁰.

A própria localização da RDA, próxima ao Palácio do Governo, já remontava desde sua fundação, a ideia de fiscalização, vigiar esse espaço para que fosse usada de acordo com seus interesses.

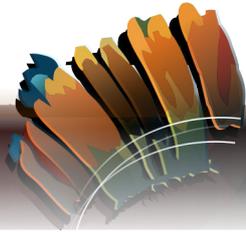
Assim, como nos remonta a questão do Panóptico de Jeremy Bentham retomado por Foucault, o qual o observa como um instrumento, uma ferramenta de vigilância que permite que os guardas possam vigiar eficientemente e constantemente o comportamento dos encarcerados. Logo o autor afirma que:

O Panóptico [...] permite aperfeiçoar o exercício do poder. E isto de várias maneiras: porque pode reduzir o número dos que o exercem, ao mesmo tempo que multiplica o número daqueles sobre os quais é exercido [...] Sua força é nunca intervir, é se exercer espontaneamente e sem ruído [...] Vigiar todas as dependências onde se quer manter o domínio e o controle. Mesmo quando não há realmente quem, assista do outro lado, o controle é exercido. O importante é [...] que as pessoas se encontrem presas numa situação e poder de que elas mesmas são as portadoras [...] o essencial é que elas se saibam vigiadas (FOUCAULT, 2009, p. 170).

Essa ideia “panóptica” é análoga ao pensamento expresso por Zezinho, ao dizer que “nesse reduto aqui, Difusora e Palácio, a gente era vigiado a todo momento”⁶¹. Além disso, havia também as frequentes visitas à estação da RDA, e os incessantes pedidos, ou melhor, as ordens dos governantes que passaram pelo Palácio, estabelecendo o que podia e não podia fazer, dizer, dentro de seu espaço, em suas programações.

60 Entrevista com o radialista Zezinho Melo, Rio Branco, 23/10/2012, realizada pelo autor.

61 Idem.



A pecuarização era a idealização dos planos do governo, já que era de seu interesse a vinda de grandes empresários do centro-sul do país, pois assim, segundo suas pretensões e sonhos, esse novo elemento político e econômico traria ao Acre o desenvolvimento e o tão sonhado “progresso”.

Contudo, o que realmente trouxe foi o “caos”, o “banho de sangue” pelas disputas de terra entre esses empresários, com a ajuda do governo, contra os posseiros. Por isso, o que eram veiculados, os discursos políticos desse período, começaram a encontrar focos de resistência por boa parte da população acreana, fazendo com que a censura nos meios de comunicação e na cidade de Rio Branco fosse intensificada, uma vez que a repercussão com o advento da chegada dos “paulistas” foi negativa para os governantes.

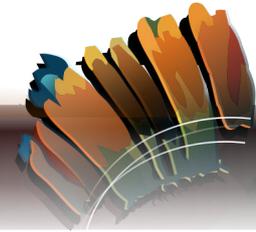
A entrevista com Zezinho é elucidadora, a respeito da grande repercussão causada nos anos 1970 com a chegada “dessas pessoas”. Segundo ele:

Teve uma repercussão muito grande, porque veio muita gente de fora e o acreano não era acostumado com as pessoas vindas de fora. E a partir daí teve assim receio por parte de muitos acreanos, principalmente políticos. [...] e com isso, teve em determinados momentos, conflitos, né? De seringueiros com essas pessoas que chegavam pra expulsar de suas terras [...]⁶².

Com isso, começamos a perceber aquilo que Hall nos propõe em seu livro, *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*, onde o desejo daqueles que detêm o poder de serem compreendidos de acordo com seus interesses, ou seja, o desejo de que o significado dado às suas mensagens venha a se tornar hegemônico, não terá apenas um significado, pois a audiência, os ouvintes, as pessoas que trabalham na rádio não são assim totalmente passivas. Logo, torna-se impossível o discurso ser hegemônico:

[...] Ser perfeitamente hegemônico é fazer com que cada significado que você quer comunicar seja compreendido pela audiência somente daquela maneira pretendida. Trata-se de um tipo de sonho de poder - nenhum chuva na tela, apenas a audiência totalmente passiva. Ora, o problema pra mim é que não creio que a mensagem tenha somente um significado (HALL, 2003, p. 366).

62 Entrevista com o radialista Zezinho Melo, Rio Branco, 23/10/2012, realizada pelo autor.



Isso é bem visível nas manifestações feitas por estudantes acreanos, seja por marchas organizadas de protesto contra o regime político em vigor, contra o abuso das passagens de ônibus na cidade de Rio Branco, seja como a tentativa de invadir a rádio e usar os microfones por conta da “tomada de partido” (já que os funcionários eram obrigados a noticiar a favor do governo, e não tocar as músicas que iam contra os interesses vigentes), seja na reação contra o aparelho repressor estatal: a polícia.

Como sabemos, “a História Oral tem como matéria a memória, que pode vir à tona através de estímulos diretos, que comumente denominamos de memória voluntária” (MONTENEGRO, 2001, p. 151). É nessa acepção que descrevemos uma conversa com Nilda Dantas, em que a locutora destaca que ela e outros estudantes se reuniam dentro do colégio CERB, seu “QG”, e ela cheia de pedras em sua saia e juntamente com seus colegas começavam a jogá-las nos carros da polícia. Como também nos pequenos, porém significativos, focos de resistência dentro da RDA, ou seja, na irradiação de músicas proibidas ou em manifestar suas opiniões.

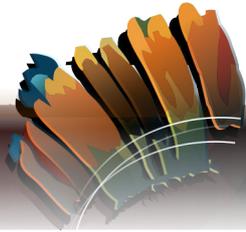
Zeinho nos fala claramente que em suas “reuniões”, conversas com seus colegas de rádio, conversas em *off*, era clara a opinião entre eles de serem totalmente contra esse regime político e a censura que era imposta no serviço de telecomunicação e a eles também, “tinha que ficar calado, acho que não só eu como outros também, porque a rádio toda vida foi do governo, então a gente ia pra rua”⁶³.

No decorrer de nossa conversa, percebemos que ele teve um certo tipo de dificuldade para se lembrar de nomes, datas, principalmente as reações por parte de seus colegas, porém não sabemos se por receio, já que ainda observamos esse controle do Estado, mesmo não estando em épocas de ditadura militar.

Assim, como pequenos clarões na mata, ou como em noites escuras onde os vaga-lumes pontilham e cortam a escuridão, percebemos os pequenos focos de resistência que brilhavam no espaço da RDA naqueles anos de ditadura. Esses pequenos focos, antes invisíveis, começavam a se tornar visíveis nas tomadas de atitudes de seus funcionários, na defesa de suas opiniões e posições.

Zeinho Melo, ao ser questionado se era contra ou a favor da ditadura, responde prontamente e expressa sua opinião contra esse regime político imposto no Brasil, iniciado no ano de 1964 e que perdurou até meados dos anos de 1985.

63 Entrevista com o radialista Zeinho Melo, Rio Branco, 23/10/2012, realizada pelo autor.



Ele vai além, quando diz que apesar da alta fiscalização por parte do governo à RDA, ele e alguns de seus colegas tomavam para si esses discursos de resistência existentes nessas músicas e ao se apropriarem delas, proferiam como seus discursos, discursos de reação, atuando contra os discursos oficiais. Assim como notamos na afirmativa que Travaglia faz. Segundo o autor, o que o indivíduo faz ao usar “a língua não é somente traduzir e exteriorizar um pensamento, ou transmitir informações a outrem, mas sim realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor (ouvinte/leitor)” (TRAVAGLIA, 1997, p. 27).

Nas transmissões da rádio, eram comuns as práticas de apresentar as pessoas que compunham o programa, e associar a elas, músicas de sua escolha, como destacou Zezinho:

Tinha determinado locutor que tinha uma música, cada um tinha uma música, por exemplo, eu anunciava: lá nos transmissores o fulano de tal [aí tocava] „eu sou o negro gato de arrepiar ; [...] Na técnica é fulano de tal e colocava uma música e, quando me anunciaram eu coloquei aquela música „soy loco por ti América , entendeu? Aí foi que o bicho pegou, me chamaram lá entendendo se eu não sabia que era proibido rodar e eu disse: eu não sabia, mas quem é que não sabia? Todo mundo sabia, era a música que a gente tinha relação⁶⁴.

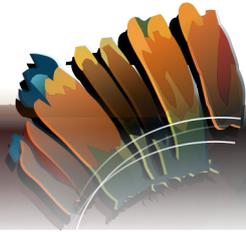
Como vimos, a História Oral tem como matéria a memória, e a memória do radialista Zezinho Melo faz referência a composições de Torquato Neto, Gilberto Gil e Capinan, *Soy Loco por ti, America*, em homenagem ao guerrilheiro “Che” Guevara, e foi fortemente utilizada como discurso popular contra a ditadura militar, como enfatizado em alguns trechos de uma dessas músicas:

[...] soy loco por ti america soy loco por ti de amores
el nombre del hombre muerto ya no se puede quem sabe antes que
o dia arrebente
el hombre del hombre muerto antes que a definitiva noite
se espalhe em latino América
el nombre del hombre és pueblo soy loco por ti américa
soy loco por ti de amores espero a manhã que cante
el nombre del hombre muerto não sejam palavras tristes
soy loco por ti de amores um poema ainda existe
com palmeiras com trincheiras canções de guerra quem sabe
canções de mar hay hasta te comover [...]⁶⁵.

Além dessa forma de resistência, outra também foi muito comum, a tomada de posição nos programas de noticiários da RDA por alguns radialistas contra o discurso do governo de desenvolvimento e “progres-

64 Entrevista com o radialista Zezinho Melo, Rio Branco, 23/10/2012, realizada pelo autor.

65 “Soy Loco por ti America” é uma canção composta por Gilberto Gil, Torquato Neto e José Carlos Capinan, em 1966, para Caetano Veloso, que a gravou em seu primeiro disco, lançado em 1968.



so”, no advento da pecuarização do Acre.

Os conflitos de terras desencadeados pelos “paulistas” e pelo governo também eram noticiados, mesmo sendo de uma maneira mais branda, ou até mesmo por “debaixo dos panos”, como destaca Zezinho Melo:

Eles [seringueiros] vinham aqui, passavam suas mensagens, suas correspondências, suas missivas, as cartas que eles mandavam chamavam-se missivas, denunciando o que estava acontecendo, a expulsão deles do seringal [...] Sim, anunciamos, eu, o Natal de Brito, o próprio Mota de Oliveira, trabalhava aqui com a Rádio Difusora Acreana, o Cícero Moreira, né? O Altemir Passos, que sempre foi uma pessoa íntegra, pessoa que gostava na realidade de falar, com sua própria opinião, por isso mesmo era uma das pessoas que muita gente pegava no pé⁶⁶.

Com essa tomada de posição contra o governo, discursos divergentes, muitas vezes, ocorreu uma maior intensificação da censura e também das punições sobre os profissionais da RDA. Zezinho é taxativo em citar nomes daqueles que foram afastados por proferir discursos contra o governo. Segundo ele:

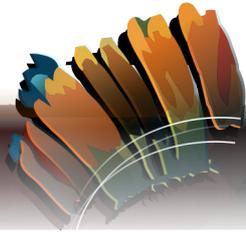
Teve determinado colega que foi censurado por governos aí, por motivos de algumas notícias que foram dadas. Eles pensavam que era jogar de encontro o governo contra o seringueiro e o seringueiro contra os que vieram tomar a terra. [...] O Altemir Passos foi um dos afastados, o Estevão Bimbi, em determinado momento, falou algumas coisas e foi embora [...] 14.

Nesse período a maioria das programações era irradiada ao vivo, e por conta desses discursos contra o governo os próprios governantes começaram a se utilizar de meios para terem um maior controle sobre as enunciações dos locutores da RDA, utilizando-se de rádio escutas, e, depois, a suspensão de programas de noticiários ao vivo e passando a utilizar o aparelho conhecido como Rádio-censura, o qual gravava todos os programas, que eram escutados e cortados, quando necessário, antes de irem ao ar.

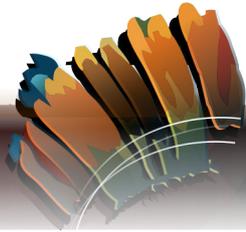
A partir daí quando nós começamos a divulgar isso aí [notícias contra o governo], eles colocaram serviço de rádio-escuta, onde é o serviço de rádio do Governo, onde hoje é o Memorial [...] Tinha pessoas do governo que ficavam na escuta, tiravam do ar, chamavam, né? [...] tiravam a pessoa⁶⁷.

66 Entrevista com o radialista Zezinho Melo, Rio Branco, 23/10/2012, realizada pelo autor.

67 *Idem*.



Dando continuidade à nossa conversa, Zezinho muda sua expressão tensa para uma expressão facial mais branda, calma, sentimentos de alívio que deixava transparecer. Zezinho Melo então finaliza a nossa conversa com essas palavras: “Não passe pelo que nós passamos aqui”. Palavras de quem sofreu muito com a censura, e que guardou em sua memória resquícios e detalhes relevantes, ainda que fragmentados, dos processos difíceis da ditadura militar no âmbito da radiodifusão acreana.



REFERÊNCIAS:

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

CALABRE, Lia. *A era do rádio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CHAUÍ, Marilena. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

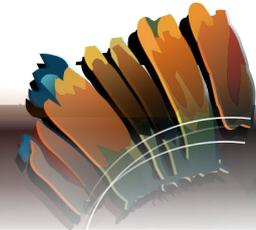
_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 36ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais* (org.) Liv Sovik; Trad. Adelaine La Guardia Resende. et al. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2001.

MORHY, Annete e FERREIRA, Jaqueline. *“Cálice – A música e as relações de poder”*. In VI Congresso de Ciências da Comunicação da Região Norte-Intercom Norte, 2007. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/norte2007/resumos/r0053-2.pdf>. Acesso em 25 de outubro de 2012.

PORTELLI, Alessandro. *Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História oral*. In Projeto História: Revista do Programa de estudos Pós-Graduados em História e do Departamento da PUC-SP, 1997



SOUZA, Carlos Alberto Alves de. **15 textos de História da Amazônia**. Rio Branco: UFAC, 1998.

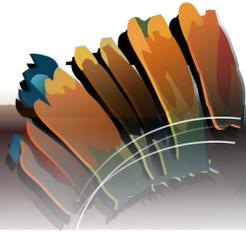
SANTANA, Marcílio Ribeiro. Os **“Imperadores do Acre”**. Uma história da recente expansão capitalista na Amazônia Ocidental: Contribuição à história da recente expansão capitalista na Amazônia. Brasília, UNB, 1988.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1997.

Fontes Orais

CIDREIRA, Saint Clair. Migrante paranaense. Relato concedido em novembro de 2006.

MELO FILHO, José Francisco. Radialista da Rádio Difusora Acreana. Entrevistas cedidas em: 25 de novembro de 2006; e 23 de outubro de 2012.



O EXTRATIVISMO VEGETAL NA AMAZÔNIA: OS DESAFIOS DESTA ATIVIDADE DIANTE DE UMA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

*Wilma Marinho Craveiro da Silva*⁶⁸

*Eremilda Silveira Rocha*⁶⁹

*Heloane do Socorro Sousa da Silva*⁷⁰

RESUMO

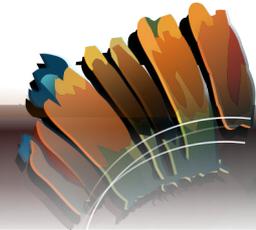
Este trabalho tem por objetivo analisar teoricamente o processo extrativo na Região Amazônica, visto que este, sempre foi desde os primórdios da história dessa Região, fonte de riqueza, uma economia que conheceu rapidamente ascensão e queda, por conta de tantos gastos indiscriminados dos possuidores da terra naquele momento. Uma forma de exploração econômica, que se limita à coleta de produtos existentes na natureza, acontece principalmente na região Amazônica onde esta cultura é sem dúvida a forma de subsistência mais desenvolvida ao longo da história. Este cenário desperta olhares de todo o mundo, em qualquer que seja o segmento da sociedade, por sua exuberância e seu potencial de riquezas inimagináveis, e que, por conta disso, sofre com a ganância e a cobiça de muitos aventureiros, que através do extrativismo praticam os ilícitos como a biopirataria, abusam das comunidades tradicionais, utilizando seus conhecimentos e desconsiderando a legislação que busca por meio da bioprospecção mudar o foco, para que o extrativismo em todas as suas formas, seja uma atividade pautada nos alicerces do desenvolvimento sustentável, no viés da educação ambiental.

Palavras- chave: Extrativismo vegetal. Educação ambiental. Desenvolvimento sustentável.

68 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima. Graduada em Pedagogia pela UFRR.

69 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima. Graduada em Letras pela UFRR.

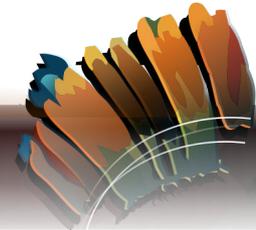
70 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Amazônia pela Universidade Federal de Roraima. Graduada em Secretariado Executivo pela UFRR.



ABSTRACT

This paper aims to theoretically analyze the extraction process in the Amazon region. This extraction has, since the dawn of the history of this region, been a source of wealth, which in turn has caused an experience of rapid rises and falls in the local economy, because of the many owners of land at the time and their indiscriminate spending. This form of economic exploitation, limited to collecting existing products in nature that happens mainly in the Amazon region where this culture is undoubtedly the most developed form of subsistence throughout history. This scenario, which intrigues people around the world and across generalizations, is still today the crib of numerous discussions in numerous segments of society due to the exuberance of its potential unimaginable wealth. Because of this exuberance, it is subject to things like green and envy of adventurers which, by way of illegal extraction and biopiracy, abuse the traditional communities by using their knowledge without regard to legislation intended to regulate bioprospection and thus change this scenario, so that extraction of recourses in all its forms as an activity is routed in sustainable development sponsored by environmental education and social justice.

Keywords: Extraction plant. Environmental education. Sustainable development.

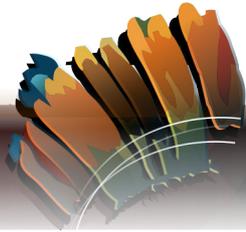


INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a atividade extrativa vegetal na Amazônia, numa linha de entendimento no que tange os conceitos teóricos e éticos de como esta se processa no contexto atual quando se dissemina em todos os meios de comunicação, nas universidades, no cenário político, ou seja, em toda a sociedade posturas ecologicamente corretas, sem degradação ao meio ambiente e de proteção às florestas, como forma de mantê-las em pé e ao mesmo tempo usufruindo dos recursos naturais, de forma sustentável.

Sendo assim, o extrativismo vegetal, é objeto desse estudo por sua inesgotável fonte de interesse e curiosidade de tantos estudiosos que não se cansam de tentar desvendar os mistérios da Amazônia e nem de analisar constantemente, qual o futuro dessa atividade frente a esse novo contexto de preservação ambiental, atrelada à educação ambiental e o desenvolvimento sustentável.

O estudo teórico partirá de pontos de discussão voltados essencialmente para análise do processo extrativista, sendo dividido em quatro sessões. A primeira parte consta um breve histórico sobre o início desta atividade na Região Amazônica; em seguida, o texto analisa a situação das populações tradicionais ou ribeirinhas, participantes desse modelo; destaca o papel da Legislação Ambiental, atrelada aos conceitos de biopirataria e os acordos de bioprospecção e traz um enfoque da educação ambiental. Por último, o trabalho terá sua parte conclusiva, na qual, espera-se que os pontos pretendidos sejam alcançados.



BREVE HISTÓRICO

O extrativismo é um sistema de produção característico das populações tradicionais da Amazônia, estando presente na economia, em maior ou menor intensidade ao longo do tempo, ou seja, pela extração de látex, coleta de castanha do Brasil e /ou extração de madeira.

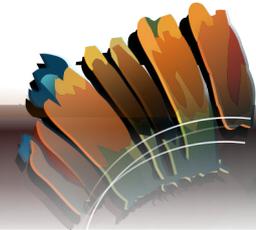
Por outro lado, esta economia tem características bastante frágeis em decorrência da desestruturação do sistema tradicional de produção de borracha, ainda um importante produto do extrativismo, da falta de políticas de apoio à produção, de preços e mercados que estimulem o beneficiamento artesanal ou industrial dos produtos na região, “bem como do limitado conhecimento científico direcionado à identificação do potencial de aproveitamento dos recursos naturais da região em bases sustentáveis”. (PTDRS, 2010, p.53).

Na Amazônia, a extração de recursos naturais tem sido o fulcro do seu comércio exterior desde os primórdios de sua ocupação. (HOMMA, 1993, p.353)

Em 1990, ele também descreve que historicamente a Amazônia brasileira teve sua presença garantida no cenário nacional, graças aos recursos que podiam ser extraídos de sua floresta, o que promoveu os discursos cada vez mais instigantes acerca das preocupações com as questões ambientais, até então desconhecidas.

Nesse sentido, percebe-se que a exploração de produtos florestais existe na Amazônia desde a ocupação humana e que foi essa atividade que caracterizou os ciclos econômicos na região, como o cacau, por exemplo, que no período colonial, respondeu por 97% do valor das exportações (HOMMA, 1993).

Enriquecendo esse diálogo, a Geovida (2013) descreve que o início do extrativismo se deu no século XVII, através da exploração de vários produtos da floresta denominados “Drogas do Sertão”. O primeiro grande momento para essa atividade remonta de 1840 e estende-se até a segunda década do século XX, quando o Amazonas era o único produtor de látex da seringueira, oriundo principalmente das bacias dos rios Purus, Juruá, Jutai e Madeira.



MARCOS LEGAIS

O Art. 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988 garante o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo ao poder público e a coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

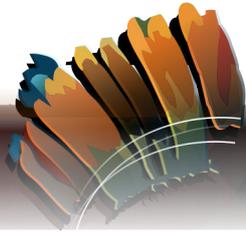
O parágrafo 1º, inciso IV da mesma Constituição exige na forma da lei que a instalação de obra ou atividades potencialmente causadoras de significativas degradações ao meio ambiente, necessita de estudo prévio de impacto ambiental, a qual se dará publicidade.

Nessa mesma linha, observa-se a regulamentação da Lei Nº 6.938 de 31 de Agosto de 1981 que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, que em seu Art. 2º, determina como objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condição ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, dentro de princípios norteadores para a efetivação da Lei.

Na esteira da Legislação, como forma de consolidar essa parte mais jurídica do trabalho, tem-se de mencionar o Novo Código Florestal, que é a Lei 1265 de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, e que em seu art. 3º, inciso VII, faz referencia a questão extrativa, quando se refere ao manejo sustentável.

A Lei é clara ao determinar que a administração da vegetação natural para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, deve-se respeitar os mecanismos de sustentação do ecossistema objeto do manejo e considerando-se, cumulativa ou alternadamente, a utilização de múltiplas espécies madeireiras ou não, de múltiplos produtos e subprodutos da flora, bem como a utilização de outros bens e serviços.

Percebe-se, que o Estado, arregimenta as políticas públicas com o objetivo de garantir o uso dos recursos naturais equilibradamente às gerações de hoje e às futuras, porém, é necessário a implementação de ações que fortaleçam e estimulem a participação da população, criando condições objetivas para mudar o comportamento e atitudes, processo demorado, mas que pode fazer a diferença.



A este debate, é importante introduzir outros atores que atuam no cotidiano do processo extrativista, que são a biopirataria e os acordos de bioprospecção. Conceitos novos no discurso, porém antigos na sua essência, pois estão somente revestidos de uma roupagem mais apropriada para essa era da informação e da tecnologia.

De acordo com o PNCSA (2010), enquanto uns países separam os conhecimentos tradicionais de qualquer iniciativa de propriedade intelectual, afastando-se inclusive das rodadas de negociações, outros buscam torna-las indissociáveis. Uns falam de “direitos de propriedades intelectual tradicional”, outros consideram que os conhecimentos tradicionais não são passíveis de propriedade, nem tampouco, de conversão a correspondentes monetárias. Tais dissensões revelam a profundidade dos obstáculos e a complexidade de questões.

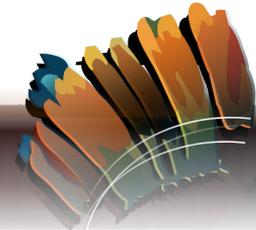
Ainda segundo este documento, há diferentes circuitos de mercado em pauta chamados “negócios sustentáveis”, que estão em alta em diferentes regiões da Amazônia, por deter uma parte considerável do estoque genético do planeta, daí tem se tornado um alvo destacado das estratégias de commoditização do conhecimento tradicional. São recorrentes os cálculos que vislumbram a “floresta em pé” com os danos ambientais provocados pelos desmatamentos.

Acompanhar esses negócios “ditos sustentáveis” decisões relativas ao uso e repartição de benefícios pelo acesso aos conhecimentos tradicionais e uso do nome aos rótulos, é extremamente difícil, devido à falta de uma legislação mais rigorosa.

Configura-se, nesse caso, o confronto de tais saberes: o tradicional e o científico moderno. De um lado, está o saber acumulado das populações tradicionais sobre os ciclos naturais [...] do outro lado, está o conhecimento científico, oriundo das ciências exatas, que não apenas desconhece, mas despreza o conhecimento tradicional acumulado. (DIEGUES, 2001, p.69).

Neste contexto nasce o que se convencionou chamar de bioprospecção e biopirataria, que engloba todas essas discussões acerca do que pode ou não sobre conhecimentos tradicionais, recursos naturais ou outros. Para se entender como estes se materializam é importante primeiramente que sejam conceituados e o que realmente se configura na prática do direito.

O Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - Cgee (2006) define a bioprospecção como a exploração da diversidade biológica por recursos genéticos e bioquímicos de valor comercial e que, eventualmente, pode



fazer uso do conhecimento de comunidades indígenas ou tradicionais. Diversas atividades econômicas podem ser beneficiadas, tais como agricultura, cosméticos e fitomedicamentos.

Esse mesmo texto destaca a Amazônia como fonte biológica inestimável, constituída de genes, moléculas e microorganismos, recursos que têm crescido em importância, como matéria-prima para atividades que apresenta potencial econômico, portanto, atração da cobiça desenfreada de muitos aventureiros.

O texto destaca também, a importância da parceria entre as empresas que comercializam os produtos com as comunidades tradicionais, a exemplo da Natura que usa as populações como um forte apelo de marketing, com a exploração da imagem, sobretudo nos mercados internacionais.

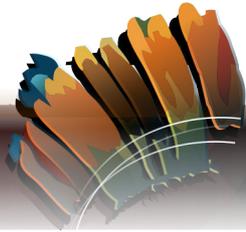
Ainda sobre os acordos de bioprospecção, estes têm sido um dos mecanismos recentemente mais utilizados, e em plena expansão, para conseguir o aproveitamento comercial da abundante biodiversidade existente nos países da América Latina e do Caribe, afirmam Aragón e Nascimento (2009).

A esse processo lícito de que trata a MP 2186-16 de 23 de agosto de 2001, conhecida como a Lei da Diversidade Biológica, caminha também o ilícito como a biopirataria, que pode ser definida por Kageyama (2010), como não só a apropriação indevida de recursos diversos da fauna e da flora, mas também levando à monopolização dos conhecimentos das populações tradicionais no que se refere ao uso desses recursos.

Sendo a Amazônia um campo fértil, de biodiversidade, trás também a pirataria revestida de novas técnicas, algumas até amparadas por uma legislação falha, que camufla o ilícito com argumentos dúbios, que não permitem uma interpretação clara, sobre o que realmente possa ser entendido quanto à bioprospecção ou biopirataria.

A relevância da propriedade intelectual na conservação, na gestão e na utilização durável dos recursos naturais, tornou-se uma exigência de diferentes circuitos mercantis. Em outras palavras, o valor monetário, estabelecido nas transações de compra e venda é inseparável da definição da propriedade do bem simbólico transacionado (PNCSA, 2010).

Esta passagem, entretanto, não é mecânica e nem tampouco natural e evidencia antagonismos. Afinal, os direitos de propriedade intelectual acham-se ancorados nos saberes e nos usos de espécies vegetais referidas a povos e comunidades tradicionais. Nota-se aqui, o ponto no-



dal já que tanto nas praticas agrícolas e extrativas, quanto na prática de cura e manejo ambiental colocam-se exigências de disciplinamento por parte da lógica jurídica, consagrada por agencias multilaterais e grandes empresas de biotecnologia.

Este quadro revela a profundidade e a complexidade da questão em torno do que se define como propriedade intelectual. Mesmo considerando que ainda é muito cedo para se fazer simulações e previsões rigorosas ou mesmo de se chegar a conclusões com exatidão inquestionável sobre uma política relativa aos conhecimentos tradicionais, o PNCSA (2010), percebe que já se delineiam graves tensões e conflitos judiciais, em diferentes regiões da Amazônia.

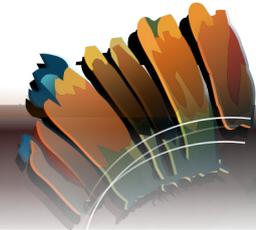
Neste contexto Fraxe, Pereira e Witkoski (2007), afirmam que, na Amazônia o conhecer, o saber o viver e o fazer, foram processos predominantemente indígenas. Ainda segundo os autores a transmissão de conhecimento nas comunidades tradicionais é um procedimento feito oralmente e por este método é perpetuado nas novas gerações, sendo então chamada de transmissão vertical.

O conhecimento é passado no dia-a-dia durante diversas atividades que são efetuadas pelos grupos. Ao longo do tempo esse conhecimento vai se estratificando, ou seja, dependendo da função da pessoa no grupo, dominando um determinado tipo de conhecimento sobre o uso das plantas. Existem também aqueles que possuem um saber especializado como os pajés, rezadores, benzedores e as parteiras, que de alguma forma possuem um papel diferente daquele do dia-a-dia, no grupo.

Versando sobre o tema, ainda muito complexo que envolve a apropriação de conhecimentos tradicionais -no campo da bioprospecção e biopirataria- acumulados sejam de comunidades indígenas ou não, Derani (2012) pontua que o acesso aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais a eles associados recebe a tutela jurídica com a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Ela afirma também, que esse documento internacional é subscrito pelo Brasil em 1992, no encontro das Nações Unidas no Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente e torna-se norma interna brasileira ao ser promulgado pelo decreto nº 2519, de 16 de maio de 1998.

Com base neste texto, foram construídas as normas nacionais que disciplinam o acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional a ele associado, esclarecendo sobre esse processo complexo que



mistura biopirataria e bioprospecção, de forma tão próxima que muitas vezes dificulta tal distinção.

Neste contexto, Derani (2012) adverte que é sempre importante destacar que nem o conhecimento tradicional, nem o recurso genético estão exclusivamente sob o domínio da comunidade ou da tribo com que se estabeleceu o relacionamento.

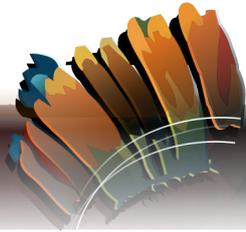
A autora continua, afirmando que no contexto legal, a matéria de repartição de benefícios por acesso ao conhecimento tradicional associado, será devidamente observada, se houver possibilidade de identificação do sujeito provedor e se o conhecimento tradicional associado ao recurso genético não estiver espreado em difusa profusão de troca de informações na sociedade pluriétnica e multicultural brasileira.

No que diz respeito à bioprospecção e a exploração econômica da natureza e dos conhecimentos tradicionais, é regulamentada pelo valor econômico o que demonstra o interesse de colocar esses saberes como simples mercadorias, o que pode configurar também, apropriação indevida, ou seja, a biopirataria, a partir das lacunas deixadas na legislação.

AS POPULAÇÕES TRADICIONAIS: QUAIS SUAS PERSPECTIVAS NESSE CONTEXTO EXTRATIVISTA?

De acordo com Fraxe, Pereira e Witkoski (2007), as populações tradicionais possuem um modo de vida específico, uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, uma estrutura baseada no trabalho da própria população, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer, e também manejando quando necessário.

Já o termo ribeirinho, segundo os autores, refere-se àquela que anda pelos rios. O rio constitui a base de sobrevivência dos ribeirinhos, fonte de alimento e via de transporte, graças, sobretudo, às terras, mas férteis de sua margem, daí as possibilidades de referendar a essas populações como tradicionais ou ribeirinhas.



Em diversas regiões do Brasil, em especial na Amazônia muitas comunidades tradicionais que vivem exclusivamente do extrativismo são pressionadas pelo avanço de atividades que implicam na retirada das áreas florestais para a implantação de pastagens e monoculturas, contribuindo assim, cada vez mais com a devastação de áreas ainda maiores.

Contudo, essas populações tradicionais ou ribeirinhas, de acordo com as legislações específicas, têm seus direitos garantidos, para que possam usufruir dos recursos naturais para sua sobrevivência, sem, no entanto serem constantes nômades, a exemplo o que diz o Artigo 5º, incisos IX e X do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), que devem ser consideradas as condições e necessidades das populações locais no desenvolvimento e adaptação de métodos e técnicas de uso sustentável dos recursos naturais;

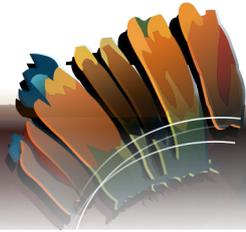
Neste contexto, é de fácil percepção que a vontade política, por meio de políticas públicas, busca alternativas para manter e resguardar essas populações, garantindo sua sobrevivência de acordo com os meios necessários disponibilizados pela natureza, desde que, seu uso seja baseado nos princípios da sustentabilidade.

Porém na visão de Homma (1993)

a economia extrativa é dependente do processo de desenvolvimento e cujo fim inexorável será o seu gradativo desaparecimento [...] existe uma população extrativista cujos cidadãos devem ter todo o direito às aspirações de melhoria da sua qualidade de vida. Somente a eles cabem o direito de decidir sobre seu destino e futuro. É necessário, portanto, discutir as concepções falsamente pomposas que permeiam a questão do extrativismo na Amazônia.

Criou-se neste cenário de disputas, uma falsa concepção de que a exploração de todo produto não madeireiro é sustentável, esquecendo que nem sempre a extração econômica garante a sustentabilidade biológica e vice-versa. Para muitos produtos extrativos, quando a taxa de regeneração biológica for lenta a adoção de práticas insustentáveis torna-se mais atrativa.

Contudo, do ponto de vista econômico, não há nenhuma diferença entre produto não madeireiro e madeireiro, e a sustentabilidade depende da taxa de extração com a capacidade de regeneração, o que deve ampliar o discurso de que os bens naturais são finitos, clareando o sentido que se dá ao desenvolvimento somente nos moldes econômicos sem nenhuma preocupação com a qualidade de vida dessas populações.



Corroborando esse discurso, o Cgee (2009), relata que o maior problema das comunidades, contudo, é fortalecer sua organização para evitar que sejam exploradas. As grandes empresas são essenciais para induzir e melhorar a produção, mas sua tendência é explorar ao máximo o trabalho da comunidade. A gestão comunitária constitui-se, assim, como um grande desafio para as ciências sociais e jurídicas.

Como foi visto, (DIEGUES, 2001) “as populações tradicionais, mediante suas práticas culturais colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que, respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo”. Assim, sem pretensão de esgotar o assunto, vale ressaltar que as questões ambientais em qualquer que seja atividade deve ser vista como um problema global e não somente do ponto de vista local, pois o ambiente atravessa todas as fronteiras.

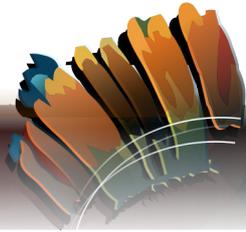
EDUCAÇÃO AMBIENTAL VERSUS EXTRATIVISMO

Para iniciar a discussão sob este enfoque é importante destacar o que se entende por educação no seu sentido mais amplo, que como descreve Rodrigues (2007), “ninguém escapa da educação, seja em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos envolvem pedaços da vida com ela, não havendo, portanto, forma única, nem um único modelo de educação”, formal ou informalmente ela aparece.

Quando se analisa a definição desta, tomando-se os dicionários de língua portuguesa, têm-se um significado amplo para o termo “Ação e efeito de educar, de desenvolver as faculdades físicas, intelectuais e morais da criança e, em geral, do ser humano; disciplinamento, instrução, ensino” (RODRIGUES, 2007).

Levando para a educação ambiental, far-se-á, uma junção destes conceitos, atrelando-se as dimensões sociais, políticas, econômicas, culturais, ecológicas e éticas, por entender-se que estes aspectos completam e dão significado à ação e efeito de educar, num processo contínuo e permanente.

Contudo, “as questões com a problemática ambiental vão além das iniciativas governamentais, devendo envolver um amplo leque de for-

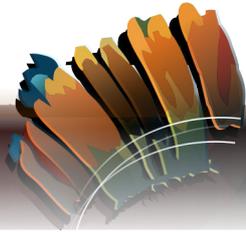


ças, mobilizando os variados níveis de organização da sociedade, na medida da articulação de suas forças participativas e representativas, no encaminhamento e realização de ações visando a formação da consciência ambiental” (JACOBI,1998).

É notório, que tudo que envolve as discussões acerca do meio ambiente, estão cada vez mais presentes no cenário mundial, envolvendo uma parte crescente da população, principalmente no que se refere ao processo complexo da preservação e da qualidade de vida, preocupações vigentes neste cenário do desenvolvimento sustentável, que não é novo, mas que remete um desafio para a educação como um todo.

Levando em consideração as constantes transformações sofridas pelo meio ambiente, cabe uma nova postura da sociedade, que permita uma leitura mais abrangente da realidade, aprofundando os embasamentos teóricos para dar forma a conceitos que não sejam vazios de significados e distantes da sociedade nas suas necessidades mais urgentes.

Posto esta situação é possível discutir teoricamente, o que precisaria ser considerado na educação ambiental como ferramenta de transformação social, frente aos desafios de agregar os aspectos já mencionados a uma atividade, complexa como o extrativismo vegetal, que por uns é vista como uma estratégia de desenvolvimento para a Amazônia e para outros como desgastada e com um fim em si mesma.



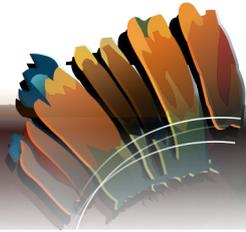
CONCLUSÃO

A atividade extrativa a mais antiga forma de subsistência da humanidade, teve seus avanços e retrocessos ao longo de toda a história. Na Amazônia essa atividade foi marcada por ciclos, sendo o mais importante que alavancou a economia do País. O ciclo da borracha.

O extrativismo estava à beira do colapso. Com uma Amazônia inchada por conta das propagandas do Governo, sobre as riquezas que esta terra escondia, teve mais uma vez que buscar a sobrevivência para sua população, as tradicionais, ribeirinhas ou indígenas, como queira chamar a literatura.

Os conflitos pela posse das terras se aguçaram, a tão esperada reforma agrária surge com as organizações como a dos seringueiros, que lutam para a criação das reservas extrativistas. O extrativismo parece nascer novamente, apesar das divergências, sobre o seu futuro como alavanca da economia.

Para a questão do extrativismo, descreve Homma (1993) “é necessário, portanto, desmistificar o extrativismo vegetal e as reservas extrativistas, colocando-as no seu devido lugar”.



BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimentos tradicionais na Panamazônia**. Manaus: UEA Edição, 2010.

AMAZÔNIA no Cenário Sul- Americano/ Luis E. Aragón, José Aldemir de Oliveira (Orgs) – Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

CADERNOS Adenauer X (2009), nº4. **Amazônia e Desenvolvimento Sustentável**- Paulo Y. Kageyana. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, fevereiro de 2010.

CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS (Cgee). **Contribuições para a concepção e implementação da rede de conhecimentos sobre a biodiversidade da Amazônia**. Coord. Niomar Lins Pimenta. Brasília, agosto de 2006.

DERANI, Cristiane **Estudos sobre acesso aos recursos genéticos da biodiversidade, conhecimentos tradicionais associados e repartição de benefícios**: interpretação da Medida Provisória 2.186-16/2001. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

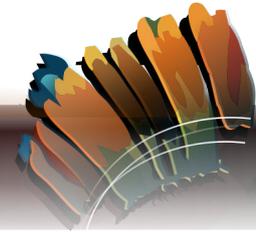
DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª. Ed. São Paulo: USP, 2000.

EXTRATIVISMO VEGETAL NA AMAZÔNIA. 18 de março de 2013. Disponível em: <<http://geovida2013.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 23/06/2013.

FRAXE, Therezinha de Jesus Pinto; WITKOSKI, Antônio Carlos (Orgs.). **Comunidades ribeirinhas amazônicas: modos de vida e uso dos recursos naturais**. Manaus: EDUA, 2007.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e Oportunidades**. Brasília: EMBRAPA, 1993.

JACOBI, Pedro, CASSINO, José Flávio de. CASSINO Fabio. **Educação, meio ambiente e cidadania**. São Paulo: SMA/CEAM, 1998.



_____.LEI Nº 9985, DE 18 DE JULHO DE 2000(SNUC). Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.html. Acesso: 23/10/2013.

_____. Lei Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981.

_____. Medida Provisória No 2.186-16, De 23 DE AGOSTO DE 2001.

_____. Novo Código Florestal Lei Nº 12.651, DE 25 DE MAIO DE 2012.

Plano Territorial do Desenvolvimento Rural do Médio Juruá. (PTDRS). Manaus. Estudo técnico, 2010.

Um Projeto para a Amazônia no Século 21: desafios e contribuições- Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2009.